

Uma análise lexicométrica dos documentos oficiais sobre a cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal

Carlos Alberto da Silva [1]
casilva@uevora.pt

Maria da Saudade Baltazar [1]
baltazar@uevora.pt

José Manuel Leal Saragoça [1]
jsaragoca@uevora.pt

António Abrantes [2]
aabrantes@ualg.pt

Tânia Filipa da Silva [3]
taniafpsilva@gmail.com

Marcos Olímpio Santos [4]
mosantos@uevora.pt

Natércia Silva [5]
natercia.silva@live.com

Domingos Braga [1]
dab@uevora.pt

Maria da Graça P. Viegas [6]
mgpviegas@gmail.com

Resumo

No presente artigo, apresentamos uma análise do discurso produzido nos documentos oficiais sobre a Raia Ibérica (Espanha e Portugal), tomando como referência um corpus constituído por textos (conteúdos) dos diferentes programas comunitários do INTERREG e suas diretrizes para os programas operativos, Portugal e Espanha. Para apoiar esta análise, recorremos ao tratamento lexical dos textos através do software Iramuteq, cujos resultados permitiram colocar em evidência, os núcleos de sentido que sustentam as estratégias discursivas utilizadas nos documentos políticos para a maximização da importância do sistema ideológico da cooperação transfronteiriça. Os principais resultados da análise lexicométrica permitiram colocar em evidência dois pólos do sistema ideológico da cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal, em geral, e da Euroregião EuroACE, em particular, sendo um marcado pela visão duma utopia generosa dum mundo “sem fronteiras”, e por outro lado, a presença duma lógica ideológica local e regionalista fundada pela dinamização de jogos de poder dos atores coletivos, que, em última instância, converte a ideologia da cooperação transfronteiriça num veículo para instrumentalizar o acesso a mecanismos financeiros ou institucionais. Em suma, falar de cooperação transfronteiriça não esvazia a noção de fronteira estatal e espacial formalmente definida, antes porém, reforça a omnipresença da ideia de uma fronteira dependente de lógicas exógenas, com impactos de ordem diversa no campo social, cultural e político.

Palavras-Chave: Cooperação, Transfronteiriço, Espanha, Portugal, lexicometria.

Abstract

In the present paper, we present an analysis of the discourse produced by Iberian cross-border (Spain and Portugal) official documents, taking as reference a *corpus* consisting by texts (contents) of different INTERREG community programs and their guidelines for the operational programs, Portugal and Spain. In order to support this analysis, we have used the lexical treatment of texts through the Iramuteq software, whose results allowed to highlight cores meaning that support discursive strategies used in political documents to maximize the importance of ideological system of cross-border cooperation. The main results of the lexicometric analysis allowed to highlight two clusters of the ideological system of Spain-Portugal cross-border cooperation in general and EuroACE Euroregion in particular, one marked by the vision of a generous utopia of a world “without borders”, on the other hand, the presence of a local and regionalist ideological logic founded by the power dynamization plays by collective actors, which ultimately converts cross-border cooperation ideology into a vehicle to instrumentalize access to financial or institutional mechanisms. In short, to speak about cross-border cooperation does not empty the notion of state and spatial frontiers formally defined, but rather reinforces an omnipresence of the idea of a frontier dependent on exogenous logics, with different impacts in the social, cultural and political field.

Key-words: Cooperation, Cross-border, Spain, Portugal, lexicometrics.

Prolegómenos sobre a problemática da fronteira e da cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal

O presente artigo resulta de um trabalho que foi amadurecendo, desde 2003, por um grupo de docentes e investigadores do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora – Portugal. Começámos a interessar-nos pelos estudos sobre a fronteira e a cooperação transfronteiriça (CTF) no Alentejo, questionado as lógicas e problemáticas nas fronteiras da região Alentejo–Algarve-Andaluzia-Extremadura–Centro [Sub-região Beira Interior Sul] e a pertinência da criação ou não de um observatório nessa área. Nos últimos 15 anos e enquadrando, em data recente, a atividade no centro de investigação do CICS.NOVA.UÉvora com a inclusão de mais investigadores, colaboradores e doutorandos, fomos recolhendo, analisando e compilando inúmeros documentos oficiais, relatórios técnicos, teses e artigos realizados na área da ciência política, economia, história, direito, relações internacionais, antropologia, geografia, linguística e sociologia, entre outras de âmbito interdisciplinar das ciências sociais e jurídicas, que nos permitem afirmar que a CTF entre os Estados tem sido objeto de estudo interdisciplinar e comparativo há várias décadas, e que as questões em torno dos temas da fronteira e da CTF são deveras complexas e multidimensionais.

De facto, os estudos sobre as fronteiras não são de data recente. Sem contar com as crónicas da História sobre a formação dos Estados, já na década de 40 do século XX, Boggs (1940) descreveu na sua obra “*International Boundaries: A Study of Boundary Functions and Problems*” que as fronteiras tinham várias funções, ultrapassando a mera ideia de serem linhas fixas que dividiam territórios soberanos. Os estudos desse período, nomeadamente os de Whittlesey (1944), Fisher (1957), Jones (1945), entre outros, enfatizavam o papel do centralismo do Estado no exercício e reforço do poder político-diplomático e militar na delimitação das fronteiras internacionais, considerando-as como linhas de afirmação geopolítica e estratégica do poder do Estado (Hataley & Leuprecht, 2018).

Novas abordagens nos estudos de fronteiras emergidas na década de 80 do século XX, vieram colocar em ênfase que as fronteiras são efetivamente mais do que meras linhas de delimitação geográfica (Agnew, 1994; Vázquez, 2017), podendo eventualmente serem territórios de cooperação, mas também de conflito (Strassoldo and Zotti, 1982; Hataley & Leuprecht, 2018). Eram estudos que questionavam sobretudo as lógicas das transformações dos estados-nação e as suas consequências para a vida económica, política, social e cultural (Newman, 2003).

Para Hataley & Leuprecht (2018), Gonzáles, Guimerà & Perkmann (2010), e Scott (2012), o debate sobre as fronteiras fazem relevar quer o significado das fronteiras como territórios e áreas de contato das comunidades que ultrapassa a mera visão de demarcações geográficas e político-administrativas do território, quer a reflexão sobre a natureza dos processos de interligação e de cooperação entre os territórios e as comunidades vizinhas, quer ainda o questionamento dos pressupostos políticos da transformação das fronteiras intracomunitárias como um dos motores da integração europeia. Ainda nesta linha e a propósito do caso europeu e das suas fronteiras internas, argumentam ainda Perkmann (1999, 2003, 2007) e Scott (2006, 2012) que as lógicas de integração territorial através das políticas transnacionais não são mais do que “novas” formas governança multi-nível das regiões fronteiriças do espaço intra-europeu.

Numa primeira aproximação, a CTF pode ser entendida como um projeto político patrocinado pela Comissão Europeia (CE) e realizado por atores privados, públicos e do terceiro setor, com o objetivo expresso de extrair benefícios das iniciativas conjuntas nos diferentes campos económicos, sociais, ambientais e políticos (Scott, 2012). A verdade é que, sendo fortemente estimulada pela UE, a CTF é definida formalmente nos termos do Parecer do Comité das Regiões de 13/03/2002 como uma “*cooperação bilateral, trilateral ou multilateral entre antarquias locais e regionais (podendo ainda envolver actores da esfera semi-pública ou privada) de regiões limítrofes, ou separadas por mar*”. Há quase uma década que a Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE, 2000) argu-

mentava que as áreas de intervenção e conteúdos da CTF são as seguintes: “*Limitação dos âmbitos do trabalho aos correspondentes interesses comuns (por exemplo, infra-estruturas, economia, cultura); cooperação em todos os aspectos da vida: residência, trabalho, tempos livres, cultura, etc.; cooperação sócio-cultural ao mesmo nível que a cooperação económica e de infra-estruturas; concretização dos tratados, convénios e acordos firmados entre os estados europeus na prática transfronteiriça; assessoria, fomento e coordenação da cooperação transfronteiriça, em particular nos âmbitos seguintes: desenvolvimento económico, transportes e comunicações, ordenamento do território, meio ambiente e protecção da natureza, cultura e desporto, saúde, energia e tratamento dos resíduos, turismo e recreio, desenvolvimento agrícola, inovação e transferência tecnológica, educação, cooperação social, protecção social, comunicação, segurança pública*” (Silva, 2004, pp. 3-4).

Convém ainda sublinhar que, para Popescu (2008, 2012) e Scott (2012), a CTF dentro da União Europeia (EU) visa “gerir” problemas, tais como os problemas sociais das comunidades, o desenvolvimento económico, o ambiente, o emprego e o comércio transfronteiriços, etc. Na perspetiva dos autores, a CTF envolve políticas públicas sobre as diferentes situações das fronteiriças, convertendo as fronteiras como um “recurso” para o fomento do intercâmbio económico e cultural, bem como para a construção de alianças, acordos ou coalizões políticas com vista ao desenvolvimento regional. É caso para dizer que a “*cooperação social e institucional diz respeito aos processos negociais e de entendimento conjunto que são protagonizados por órgãos e entidades públicas e ou privadas (de âmbito local, regional, nacional e transnacional) do mesmo país ou de países diferentes, que colaboram para a prevenção e solução de conflitos políticos e militares, definição de estratégias de desenvolvimento comuns, atribuição e partilha de poderes e competências institucionais, etc.*” (Silva, 2004, p. 3).

Olhando com um pouco mais de pormenor sobre a CTF, é de relevar que a pulverização de estudos em torno do tema das fronteiras não se distancia dos interesses de alguns investigadores no questionamento sobre os desafios e dilemas das próprias políticas públicas e regionais da CE, orientadas para a construção duma “Europa sem fronteiras”, e na procura de respostas sobre os efeitos dos diferentes progra-

mas operacionais, incentivos e investimentos a nível da CTF, por exemplo, no âmbito da criação de espaços de serviços transfronteiriços a nível institucional, infra-estrutural, económica, ambiental, cultural e social (Viegas & Silva, 2017; Medina, 2011; Vázquez, 2017; Silva, 2004; Arencibia, 2009; Scott, 2012). Por outras palavras, “*a cooperação transfronteiriça, nas suas diversas dimensões e vertentes, é hoje, para muitos países, povos e culturas, um meio fundamental de incrementar sedimentar a solidariedade, promover o desenvolvimento, esbater e ultrapassar desigualdades estruturais, aprofundar as ligações entre países vizinhos, e construir uma comunidade mais vasta, coesa e integrada, sem exclusão e sem assimetrias, ao mesmo tempo que permite gerir de uma forma mais eficaz os recursos humanos e naturais dos territórios fronteiriços e se potencia a participação democrática das populações e das autoridades públicas e privadas, locais e regionais.*” (Silva, 2004, p. 3). Mas será mesmo isso que acontece?

De relevar que a questão da “regionalização transfronteiriça” faz parte integrante do discurso político desde os tempos do Conselho da Europa, em 1949, reforçada com a criação do Regulamento do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT, 2006), cujas linhas de orientação eram e são dirigidas à promoção da cooperação entre os Estados europeus, através duma reconfiguração normativa dum espaço comum, político e jurídico, e numa Europa baseada na ideologia e nos valores da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito, em busca do ideal da integração europeia (Hidalgo, 2008). No que concerne à realidade Espanha-Portugal, inserem-se igualmente neste quadro ideológico a criação dos protocolos de cooperação transfronteiriça (PCT) celebrados ao abrigo do Tratado de Madrid (1980), assim como, a criação das comunidades de trabalho, dos gabinetes de iniciativa transfronteiriça (GIT) e a formalização de novos acordos de CTF para a gestão de questões regionais e locais, que deram origem às Euroregiões, nomeadamente a de Alentejo-Centro-Extremadura (EuroACE), como uma comunidade de trabalho (CT) regulada pelo Tratado de Valencia (2004), detendo embora uma configuração como uma organização sem personalidade jurídica (Vázquez, 2017).

Efetivamente, muitos estudos têm colocado em ênfase uma ideia romântica e otimista quando se aborda a problemática da CTF, apresentando-a como um processo social, cultural e político, promovido por entidades governamentais nacionais, regionais e locais, organizações não governamentais e atores privados, e associado a representações de desenvolvimento regional e local, de inovação institucional e de capacitação dos atores a níveis nacional, regional e local, em prol da satisfação de necessidades das comunidades dos territórios raianos. Proliferam igualmente trabalhos que argumentam que os governos, as regiões e suas cidades transfronteiriças procuram apenas estimular a ação política do desenvolvimento económico através da cooperação, relevando a importância das alianças estratégicas nas relações de fronteira, com vista à promoção dos seus interesses económicos e políticos a nível internacional (Scott, 2012; Hataley & Leuprecht, 2018).

Não obstante esta realidade, recentes estudos sobre a CTF no espaço europeu, por exemplo entre Espanha-Portugal, têm vindo a salientar a presença de dificuldades de ordem diversa nas relações de fronteira, entraves estes que são justificados por um conjunto de factores que vão desde as diferenças administrativas, sociais, financeiras, culturais entre a realidade portuguesa e espanhola. Acrescentam ainda Medina (2007; 2011; 2012), Viegas & Silva (2017), Scott (2012), entre outros que as fronteiras são igualmente fronteiras simbólicas, na medida em que veiculam através delas diferentes processos sociais e lógicas distintas de organização espacial da diferença, marcadas pelas reproduções de sistemas simbólicos entre os atores sociais de ambos os lados das fronteiras que criam distinções subjetivas sobre as fronteiras, onde as clivagens entre o eu e o outro continuam omnipresentes. Por conseguinte, as fronteiras no contexto da coesão europeia, não exclui a visão de que as fronteiras continuam a existir fisicamente e que falar delas, activam os egoísmos e os interesses nacionais (Arencibia, 2009, p. 444).

Podemos, pois, realçar que a fronteira é uma “metáfora da vida” impregnada de questões plurais “*político-institucional, jurídica, burocrática, geográfica, económica, socio-cultural, linguística e psicológica*” (Arencibia, 2009, p.

444), pelo que a ideia de CTF não pode ser entendida numa perspectiva limitativa, como uma mera atividade formal das políticas de desenvolvimento regional, com vista à promoção da melhoria das relações económicas, para a salvaguarda do ambiente e para a melhoria das condições de vida das comunidades, nomeadamente desencadeada pelos detentores de poder institucional e governos de ambos os lados da fronteira (Viegas & Silva, 2017).

É precisamente por considerarmos relevante a realidade deveras singular e simultaneamente multidimensional da CTF, cujos processos vivenciamos de perto há várias décadas, apercebendo nela certas características funcionais (conjunto de autoridades locais e regionais, associações transfronteiriças e equipa técnico-administrativa de gestão de projetos conjuntos), jurídicas (estruturas de direito público e privado) e políticas (afirmação da estabilidade democrática no espaço europeu) que interessámos estudar e aprofundar o conhecimento sobre a configuração do sistema simbólico-ideológico que subjaz nos documentos políticos e afins, para melhor compreender os níveis de significação que gerem os modos de produção, de consumo e práticas sobre a inevitabilidade ideológica da importância da CTF no processo de integração europeia nas zonas raianas Espanha-Portugal, em geral, e no território da comunidade de trabalho EuroACE (Alentejo-Centro-Extremadura), em particular.

Os principais resultados do estudo realizado são apresentados nos tópicos a seguir.

1- Questões metodológicas e procedimentos lexicométricos para o estudo da ideologia da cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal

1.1- Medir a ideologia: De quê estamos a falar?

Antes de dar a conhecer as opções metodológicas e procedimentos utilizados no estudo e sem pretendermos entrar aqui num debate aprofundado sobre o que é a ideologia, importa referir que o seu estudo e a sua utilização têm sido tradicionalmente associados às correntes de trabalho da ciência política, sendo raros os estudos no domínio da sociologia.

Argumenta Mclellan (1987, p. 13) que *“a ideologia é o conceito mais indefinível no conjunto das ciências sociais. Porque põe em causa as bases e a validade das nossas ideias mais fundamentais. Como tal, é um conceito essencialmente contestado, isto é, um conceito acerca de cuja exacta definição (e portanto aplicação) existe viva controvérsia”*.

No âmbito da revisão bibliográfica efetuada, encontramos alguns trabalhos sobre a ideologia que tomam como pano de fundo o olhar do marxismo sobre o sistema de ideias ou representações (Mclellan, 1987; Codato, 2016; Caillé, 1979; Verón, 1971), apresentando uma conceção materialista da crítica às conotações e juízos sobre o mundo social e as especulações do campo económico. Porém, outros autores das ciências sociais têm procurado enfatizar o seu sentido e uso prático, propondo outras noções para abordar a questão das ideias e dos universos ideológicos, tais como *representação coletiva* (Durkheim), *derivações* (Pareto), *hegemonia* (Gramsci), *utopia* (Mannheim), *mito* (Barthes), *discurso* (Pêcheux), *imaginário* (Castoriadis), *mentalidade* (Febvre), *doxa* (Bourdieu), como justamente nota Codato (2016) e outros autores. Porém, a constatação desta realidade plural, não significa de modo algum qualquer declínio ou a morte da ideologia (Bell, 1980), antes porém, quando se fala das questões das fronteiras da Europa, ganha cada vez mais a importância os estudos sobre os universos ideológicos no âmbito da ciência política, sociologia política, sociolinguística, com ênfase nos estudos e na análise social dos discursos políticos e afins (Ratinaud & Marchand, 2015; Jadot, 2015;

Hermand, 2014, 2017; Cussó, 2008; Gobin & Deroubaix, 2009; Bourque & Duchastel, 1995).

De relevar que, na perspetiva de Eagleton (1997), a noção de ideologia é polissémica e *per si* fortemente ideológica, na medida em que falar dela, é ter em conta uma trama complexa de conceitos e de significados das palavras que veiculam entre os quadros mentais e os fenómenos sociais. Para o autor, a noção de ideologia pode assumir diferentes acepções, entre as quais as seguintes: *“a) processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) conjuntura do discurso e poder; k) veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) meio pelo qual os indivíduos vivenciam as suas relações com uma estrutura social; p) processo pelo qual a vida social é convertida numa realidade natural”* (Eagleton, 1997, p. 1).

Longe de ser uma mera ciência das ideias [ide(o) + logia] por oposição à metafísica, dita no sentido materialista de Destutt de Tracy, formulado nos tempos longínquos do século XVIII (Bendix, 1996), a verdade é que, na era contemporânea, o conceito de ideologia pode ser sistematizado sob 3 formas: *“i) ideologia como um sistema de crenças característico de uma determinada classe ou grupo social; ii) ideologia como um sistema ilusório de crenças (ideias falsas ou “falsa consciência”, na expressão inventada por Engels, que pode ser contrastado com o conhecimento verdadeiro ou com o conhecimento científico sobre o mundo social; e iii) ideologia como resultado do processo coletivo de produção de ideias e significados na vida social”* (Williams, 1977, p. 55 cf. Codato, 2016, p. 313).

Porém, tal como argumentam Geuss (1981), Eagleton (1997), Véron (1971) e Codato (2016), falar de ideologia como um conjunto de ideias e crenças ou como um processo coletivo de produção de ideias, remete inevitavelmente à consideração quer dum

primado pragmático da visão do mundo, moldado por uma certa “consciência de classe” de certos grupos sociais, quer dum significado positivo de que a ideologia funciona como uma matriz cultural que serve para orientar os indivíduos nas suas práticas sociais. Para os autores, alocar a ideologia no plano ilusório de crenças, confere à mesma uma conotação negativa à ideologia, com uma vertente de natureza cognitiva mais relacionada com as ideias falsas *versus* as legítimas, e uma outra de cariz nitidamente político, que coloca em ênfase a legitimidade do exercício da autoridade das instituições sobre os grupos sociais, na medida em que, não obstante as ideias podem ser “falsas por si mesmas, ajudam a legitimar e garantir a dominação social” (Codato, 2016, p. 313).

A verdade é que a ideologia não se resume a uma falsa consciência ou consciência social falsificada, dito no sentido de marxista, nem a uma mera consciência subjetiva dos processos sociais, na acepção de Gramsci, pois, na perspetiva de Bobbio (2002, p. 129), pode assumir-se como “*um sistema de crenças ou de valores, que é utilizado na luta política para influir no comportamento das massas, para orientá-las numa direção em vez de outra, para obter o consenso, enfim, para instituir a legitimidade do poder*” (cf. Codato, 2016, p. 313). Trata-se de uma perspetiva mais operacional que confere à ideologia o significado de uma forma de pensamento motivada por certos interesses sociais, tal como sugere Eagleton (1997), na medida em que a ideologia pode efetivamente ser interpretada no sentido do exercício do poder político ou como uma fonte de legitimação e justificação da autoridade das instituições.

Neste sentido, é de salientar que a ideologia é um conjunto de princípios com propriedades gerais dos sistemas sociais que se assumem como regras, pelo que as ideias são valores inquestionáveis de que se devem acreditar. Assim sendo, a ideologia não é mais do que um resultado inevitável da atividade cognitiva humana forjada instrumentalmente, mas que rompe com a visão utilitarista hedonista na tentativa de compreender o mundo, o significado da vida, os objetivos a serem alcançados, fundamentando, assim, os princípios numa certa influência psicológica nas apreciações e avaliações sobre as mais diferentes si-

tuações sociais da vida quotidiana. Por outras palavras, a ideologia é mais do que uma mera crença germinada das dinâmicas dos fenómenos culturais, sendo uma realidade ética ou cognitiva produzida por um elevado nível de abstração que faz não só sentido para um ator individual ou coletivo, mas constitui-se como uma realidade dual, objetiva e subjetiva, sobre a qual esse ator pode desenvolver um sentimento profundo de convicção e que lhe oriente para a ação (Khalil, 1989; Eagleton, 1997; Verón, 1971). Não será em demasia dizer ainda que “*qualquer investigação sobre ideologia torna difícil evitar a lamentável conclusão de que todas as opiniões sobre ideologia são em si próprias ideológicas*” (McLellan, 1987, p. 14).

Tendo presente o exposto, falar de ideologia não é referir-se a um tipo qualquer de mensagem nem a uma dada categoria ou conjunto de proposições de discursos sociais. Admitindo que a ideia seja um signo, e que este “*é aquilo que sob certo aspeto ou modo representa algo para alguém*” (Pierce, 2005, p. 46), elas, as ideias, não podem ser analisadas tendo apenas em conta a sua mera superficialidade ou significado manifesto. Considerando que a ideologia pode ser definida como “*uma função da relação de uma elocução com seu contexto social*” (Eagleton, 1997, p. 22), então para a sua análise, é necessário ter em atenção o sistema de regras semânticas que subjazem na própria organização das mensagens e na multiplicidade das suas dimensões ou níveis de significação, salvaguardo que, sob o ponto de vista pragmático, a função aparente ou manifesta das mensagens, não deve ser confundida com a sua função ideológica, sob pena de estar a confundir a propaganda com a ideologia (Verón, 1971).

De salientar que um sistema ideológico, como qualquer sistema, é composto por 3 níveis: a) o dos elementos; b) o das relações entre os elementos da estrutura; e c) o das relações entre as estruturas do próprio sistema (Ibáñez, 1985, 1986). Assim sendo, para o estudo da ideologia e ou dum sistema ideológico torna-se necessário caracterizar o sistema de objetos intrínsecos, para melhor identificar o mapa das significações ou a distribuição espacial dos elementos, assim como se releva a necessidade de interpretar a rede de relações entre os elementos, para

poder desocultar a estrutura de superfície e o significado profundo dos objetos e a sua distribuição. Por outras palavras, se exige para o estudo da ideologia e ou do sistema ideológico, um conjunto de opções metodológicas coerentes, podendo ser adotados procedimentos da lexicologia e operacionalizações metodológicas lexicométricas (Reinert, 1983; Marchand & Ratinaud, 2012; Ratinaud & Marchand, 2015; Gobin & Deroubaix, 2009; Lebart & Salem, 1994) na medida em que elas permitem ajudar a identificar a materialidade significativa das estruturas superficiais, facilitando assim, através de esquemas interpretativos, desocultar as estruturas profundas do sistema (Verón, 1971; Varela, 1992) que, por exemplo, subjazem nas componentes discursivas dos documentos do poder político.

1.2- O campo textual e as estratégias lexicométricas utilizadas para o estudo do sistema ideológico da CTF Espanha-Portugal

Face ao exposto no ponto anterior, considerámos que é possível efetuar uma reconstrução sociológica da lógica da matriz da ideologia e ou do sistema ideológico da CTF da raia Espanha-Portugal, explorando os momentos lexical e semântico-concetuais das mensagens presentes nos textos (*corpus* e *sub-corpus* dos documentos oficiais e outros), admitindo que as unidades lexicais representam codificações observáveis, cujas relações oferecem uma certa clarificação das perspetivas ou manifestações ideológicas (Verón, 1971; Varela, 1992). Por outras palavras, considerámos que o campo textual comporta um nível lexical e um nível semântico, que correspondem às estruturais superficiais do sistema ideológico, cuja interpretação permite-nos alcançar uma certa aproximação ao quadro semiótico (Varela, 1992), isto é, permitem-nos compreender as ideias ou representações simbólico-valorativas das lógicas de produção e consumo dos significados, acedendo assim à caracterização e à desocultação das estruturas profundas do sistema ideológico que modela a ideologia da CTF Espanha-Portugal, em geral, e da EuroACE, em particular. Está assim colocada a importância do nosso interesse pela análise da CTF, tomando como

referência a não delimitação do nosso olhar apenas naquilo que está descrito nos documentos, mas também, procurar ir mais longe para indagar as razões sublimiáreas de tamanha importância que a CE atribuiu à cooperação territorial, em geral, e à CTF, em particular.

Para efeitos do desenvolvimento do estudo, em particular para a construção dum *corpus* de textos coerentes nos horizontes da lexicometria, implicou da nossa parte a tomada de um conjunto de decisões prévias que incidiram sobre o seguinte: a) delimitação do *corpus*, segundo critérios de inclusão de textos como unidades de contexto inicial (UCI); b) seleção da unidade de registo (palavra, frase ou segmento de texto) como unidades de contexto elementar (UCE); c) seleção de um procedimento para a normalização ou lematização da unidade de registo (Lebart & Salem, 1994; Lebart, Morineau & Piron, 1995; Lebart & Piron, 2016).

Com respeito à seleção dos textos do estudo realizado, procurámos a máxima homogeneidade do conteúdo do *corpus*, para que seja possível não só assegurar o princípio da comparabilidade entre os textos do *corpus*, mas também evitar o risco de sinais parasitas nos resultados dos diferentes tratamentos estatísticos. Considerámos ainda no âmbito da construção da homogeneidade do conteúdo do *corpus* sobre CTF, a necessidade de assegurar a unidade do lugar de enunciação dos textos (Governo de Portugal e Espanha; documentos oficiais bi e tri-lingue de tratados, convenções, protocolos e acordos de cooperação territorial das Juntas, CCDR e GIT), assim como a unicidade de intenção (documentos oficiais bi e tri-lingue – português, espanhol, inglês - sobre os programas operacionais da cooperação transfronteiriça), e a unicidade do locutor institucional (relatórios técnicos sobre a cooperação transfronteiriça).

Em termos específicos, procedemos num 1º momento ao levantamento dos documentos oficiais sobre o tema da fronteira (*border & borderland*) e da cooperação transfronteiriça (*cross-border & cooperation*) com apoio de recursos digitais, entre os quais as bases disponíveis na *internet*, nomeadamente nos sítios da CE, Juntas das zonas de fronteira de Espanha,

GIT, CCDRN, CCDRC, CCDRA, EuroACE. Nesta 1ª fase, utilizámos ainda os mesmos descritores para uma pesquisa sobre produções científicas disponíveis em livros, teses, atas de congressos e artigos em revistas de referência, entre os quais *Journal of Borderlands Studies*, *Estudios Fronterizos*, *European Urban and Regional Studies*, *Revista de Estudios Extremeños*. Os resultados desta recolha não entraram no *corpus*, tendo apenas servido para a construção de uma revisão sistemática da literatura, com vista à clarificação conceptual sobre o tema.

Num 2º momento, confrontado com a existência de mais de 5 mil documentos de vários idiomas e domínios temáticos nas bases e repositórios digitais, alguns com mais de 200 páginas (livros, teses, relatórios), delimitámos a recolha do seguinte: a) principais normativos sobre a cooperação territorial e transfronteiriça (tratados, convénios e protocolos de cooperação); b) programas operacionais transfronteiriços entre o período de 2000/06 a 2014/20; c) relatórios oficiais da CE, nomeadamente os documentos referentes ao *Eurobarometer Results* e o *Inventory of legal and administrative obstacles in EU border regions*.

Num 3º momento, dada a diversidade dos idiomas dos documentos recolhidos que não nos permitia obter com rigor uma adequada homogeneidade do conteúdo do *corpus* para a análise, introduzimos ainda como critério de inclusão os documentos de língua espanhola e inglesa (excluímos os de português por não encontrarmos as correspondentes traduções em número significativo), situação que nos permitiu organizar um *corpus* com 3 *subcorpus* por temática (normativos, programas, relatórios), num total de 26 textos com cerca de 800 mil palavras.

Face à densidade do material recolhido, submetemos ao tratamento lexicométrico com a aplicação informática *Iramuteq* (*software open-source*), explorando as técnicas de visualização e de mapeamento para caracterizar as tipologias de ocorrências das palavras e o mapeamento das associações das mesmas. Assim, como ponto prévio, submetemos as formas lexicais à lematização segundo os dicionários (espanhol, inglês e português) disponíveis no *software*, colocando como formas suplementares as formas lexicais não reco-

nhecidas, os números, os adjetivos e pronomes demonstrativos e indefinidos. De seguida, criámos através do *software* três tabelas lexicais de entrada (TLE1: col=7 * lin=3648; TLE2: col=3 * lin=3409; TLE3: col=16 * lin=2903), correspondentes a cada *subcorpus*, que nos permitiram calcular as estatísticas sobre os principais léxicos (formas discursivas), em termos de riqueza, extensão nas ocorrências e especificidade nas co-ocorrências, definindo para efeitos de tratamento, a entrada de formas lexicais com uma frequência mínima de pelos menos 20 ocorrências.

Para efeitos de tratamento com as técnicas multidimensionais, optámos pelos procedimentos da análise da classificação hierárquica descendente (CHD) das linhas para a identificação dos agrupamentos lexicais significativos, e pela análise factorial por correspondência (AFC) para caracterização da nuvem das formas lexicais, ambas as técnicas disponíveis no *Iramuteq* como método de Reinert (adaptação *open-source* do *ALCESTE: Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto*) (Ratinaud, 2014). No caso da AFC, procedemos a análise através da retenção dos dois primeiros eixos (F1 e F2), tendo em consideração as contribuições, as correlações, a massa e as percentagens de inércia explicada de cada eixo. Quanto ao CHD, procedemos à classificação através da decomposição da inércia, segundo o *Iramuteq*, pelo que as formas lexicais a classificar foram representadas como pontos dum espaço de n dimensões, definidos pelo número de textos (UCI), detendo cada forma um peso correspondente à sua frequência no *corpus* e uma distância entre formas, de acordo com a medida de qui-quadrado e sua significância (Lebart & Salem, 1994). Admitimos apenas as formas lexicais com valores de qui-quadrado acima de 3,84 e com p -value <0,0001.

Em suma, sobre cada uma das tabelas lexicais de entrada, aplicámos através do *Iramuteq*, o seguinte: a) criação de segmentos de textos, em função dos seus léxicos, maioritariamente, com cerca de 3 linhas e 50 palavras; b) para identificar os léxicos e suas co-ocorrências mais relevantes, aplicámos a técnica de extração da nuvem de palavras e de similitude (co-ocorrências) das formas ativas; c) para a criação dum mapa conceptual dos agrupamentos lexicais relevan-

tes sobre a CTF, recorreremos à análise de CHD, seguida da reconstrução das projeções das similaridades (medida de qui-quadrado) dos agrupamentos (projeções dos grupos lexicais com cores distintas) num espaço reduzido de 2 dimensões (F1 e F2; factores com valores próprios mais elevados), reinterpretando-as como os 2 principais eixos da matriz ideológica da CTF Espanha-Portugal, delimitada ao nível da comunidade de trabalho Alentejo-Centro-Extremadura (EuroACE).

Descrevemos em seguida os principais resultados da exploração do *corpus* e as nossas interpretações do universo ideológico da CTF.

2- Um olhar nos interstícios da matriz ideológica da cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal

Em termos formais, o *corpus* submetido à análise lexicométrica é composto por 26 textos organizados em 3 *subcorpus*, detendo um total de 9960 formas lexicais, 103247 ocorrências e 16 diferentes tipologias de agrupamentos lexicais relevantes. Dois *subcorpus* contêm conteúdos em língua espanhola e um em língua inglesa, cujas características são conforme o seguinte:

a) **Tratados:** principais normativos sobre a cooperação territorial e transfronteiriça, composto por tratados, convénios e protocolos de cooperação, entre os quais se destacam o *Tratado de Amistad y Cooperación entre España y Portugal (Tratado de Madrid, 1977)*, **Convenio-Marco Europeo sobre Cooperación transfronteriza entre comunidades o autoridades territoriales** (1980, com retificações em 1990), Anexo ao *Convenio-Marco Europeo sobre Cooperación transfronteriza* (1990), *Tratado entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre cooperación transfronteriza entre entidades e instancias territoriales (Tratado de Valência, 2002)*, *Reglamento (UE) N.º 1299/2013 del Parlamento Europeo y del Consejo - disposiciones específicas relativas al apoyo del Fondo Europeo de Desarrollo Regional al objetivo de cooperación territorial europea*, *Reglamento (CE) n.º 1082/2006 sobre la Agrupación Europea de Coope-*

ración Territorial (AECT), *Reglamento (UE) N.º 1302/2013 del Parlamento Europeo y del Consejo - clarificación, a la simplificación y a la mejora de la creación y el funcionamiento de agrupaciones AECT*, **Protocolo de Cooperación entre la Junta de Extremadura y la Comisión de Coordinación de la Región del Alentejo** (1997), **Convenio de cooperación transfronteriza entre la Comunidad Autónoma de Extremadura, la Comisión de Coordinación y Desarrollo Regional del Alentejo y la Comisión de Coordinación y Desarrollo Regional de la Región Centro de Portugal, para la constitución de la Comunidad de Trabajo de la Euroregión Alentejo-Centro-Extremadura** (EuroACE, 2009). Trata-se de um *subcorpus* composto por 7 textos, contendo 619 segmentos, 3648 formas, 40655 ocorrências, 2403 lemas, 2085 formas ativas, 317 formas suplementares, sendo 1003 o número de formas maiores ou igual a 20, e detendo uma média de 65,7 formas por segmento;

b) **PO:** programas operacionais transfronteiriços entre o período de 2000/06 a 2014/20 referentes ao **INTERREG III-A 2000-2006** (*Documento único de programación INTERREG III 2000-2006 Cooperación Transfronteriza España-Portugal*), **POCTEP 2007-2013** (*Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal, 2007-2013*), e **INTERREG V-A** ou **POCTEP 2014-2020** (*Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal, 2014-2020*). Este *subcorpus* é formado por 3 textos, sendo composto por 743 segmentos, 3409 formas, 32461 ocorrências, 2467 lemas, 1575 formas ativas, 892 formas suplementares, sendo 808 o número de formas maiores ou igual a 20, e detendo uma média de 43,7 formas por segmento;

c) **Obstáculos:** relatórios oficiais da CE, nomeadamente os *Eurobarometer Results* e o *Inventory of legal and administrative obstacles in EU border regions*, e composto pelos seguintes documentos: *Easing legal and administrative obstacles in EU border regions - Final Report* (2017), *Inventory of legal and administrative obstacles in EU border regions - Border obstacle Institutional asymmetry between Portugal and Spain* (2016), nomeadamente os documentos referentes a **Policy Planning Public Services** (Entry n.º 074: *e-government services – administrative*; Entry n.º

075: *Emergency and rescue services - administrative*), **Labour Market Education - Mobility of cross-border workers** (Entry nº 080: *mobility - administrative*; Entry nº 081: *mobility - legal*; Entry nº 086: *Recognition of diploma or professional qualification certificates - legal*), **Social Security System** (Entry nº 082: *Access to social integration services - administrative*; Entry nº 083: *Access to specific home and community care services for an aging population - legal*; Entry nº 085: *Access to health care services - legal*), **Transport** (Entry nº 084 e Entry nº 090: *Freight transport by rail, road or inland water shipping - administrative*; Entry nº 088: *Border crossing points, efficiency of customs clearance processes or of other cross-border administrative and technical procedures - legal*; Entry nº 095: *Scope and quality of regional/local and cross-border transport infrastructures and of related maintenance services - legal*), **Environment** (Entry nº 090: *Protection and management of natural resources - administrative*), **Information Society** (Entry nº 236: *Scope and quality of cross-border e-services - administrative*), **Eurobarometer Results** – Programme Spain-Portugal (POCTEP, Regional and Urban Policy, 2015). Este *subcorpus* é composto por 16 textos, sendo caracterizado por 451 segmentos, 2903 formas, 30131 ocorrências, 2352 lemas, 1947 formas ativas, 405 formas suplementares, sendo 963 o número de formas maiores ou igual

a 20, e detendo uma média de 66,8 formas por segmento.

Submetido os 3 *subcorpus* ao tratamento dos dados com o *Iramuteq* obtivemos o seguinte:

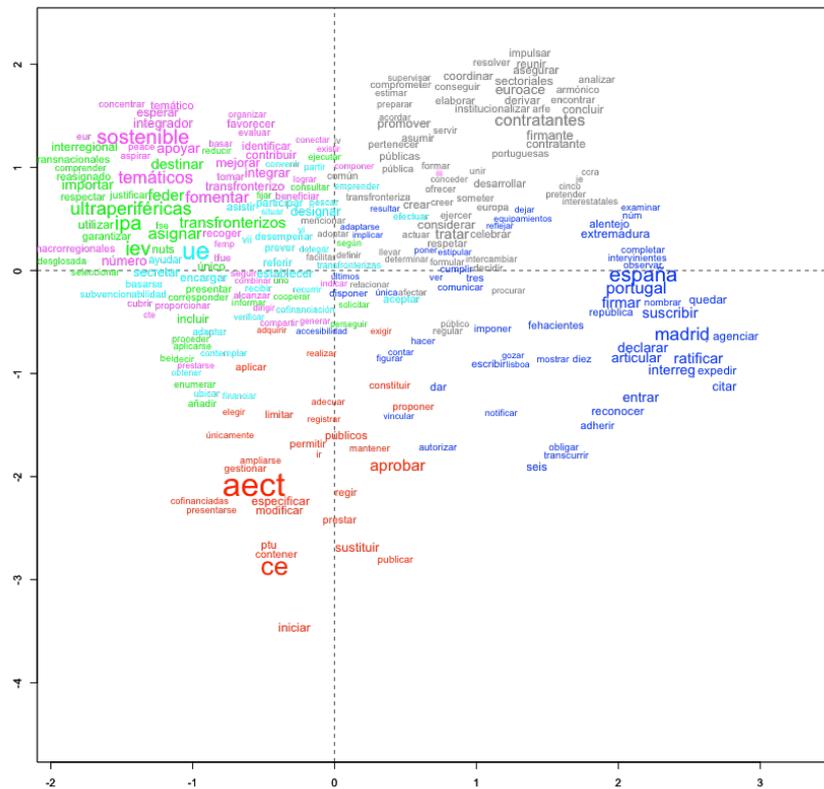
- a) em relação ao *subcorpus* Tratados, das 7 unidades de contexto inicial (UCI), foram retidas 497 unidades de contexto elementar (UCE) em 619 segmentos de textos, tendo sido admitido para o tratamento lexical 80,3% do *subcorpus*. Neste conjunto, expurgamos ainda algumas palavras parasitas, restando apenas 367 UCE e 459 segmentos de textos, o que nos permitiu extrair 6 agrupamentos lexicais;
- b) quanto ao *subcorpus* PO, foram retidas 690 UCE em 619 segmentos de textos, tendo sido admitido para o tratamento lexical 92,9% do *subcorpus* de 3 UCI, o que nos permitiu extrair 5 agrupamentos lexicais;
- c) no que concerne ao *subcorpus* Obstáculos, composto por 16 UCI, foram retidas 376 unidades de contexto elementar UCE em 451 segmentos de textos, tendo sido admitido para o tratamento lexical 83,4% do *subcorpus*, o que nos permitiu extrair 5 agrupamentos lexicais.

Tabela 1. Principais características do corpus

Textos	Assunto	Nº ocorrências	Nº formas
Normativos	tratados, convénios e protocolos de cooperação (Tratado de Madrid, Tratado de Valência, <i>Convenio-Marco Europeo</i> , Regulamentos da <i>cooperación territorial europea</i> , <i>Protocolo de Cooperación</i> , <i>Convenio de cooperación transfronteriza Euro-ACE</i>)	40655	3648
Programas operacionais	programas operacionais transfronteiriços entre o período de 2000/06 a 2014/20 (Interreg III-A 2000-2006, POCTEP 2007-2013; INTERREG V-A ou POCTEP 2014-2020)	32461	3409
Relatórios técnicos	<i>Eurobarometer Results</i> ; <i>Inventory of legal and administrative obstacles in EU border regions (Policy Planning Public Services, Labour Market Education - Mobility of cross-border workers, Social Security System, Transport, Environment, Information Society)</i>	30131	2903
Total		103247	9960

Fonte: autores

Esquema 4- Projeção das classes de palavras-chave do *subcorpus* dos normativos nos planos F1 e F2



Fonte: Output do Iramuteq.

A classe 1 (cor vermelha) é formada por 66 das 367 UCE, correspondente a um peso de cerca de 18% do *subcorpus*, sendo formada pelos contributos das seguintes principais formas discursivas: aect (65,06%, $\chi^2= 161,16$; $p= 0,000$), ce (85,29%, $\chi^2= 115,1$; $p= 0,000$), aprobar (61,76%, $\chi^2= 48,7$; $p= 0,000$), sustituir (80,0%, $\chi^2= 26,81$; $p= 0,000$), iniciar (100%, $\chi^2= 23,12$; $p= 0,000$), especificar (62,5%, $\chi^2= 22,48$; $p= 0,000$).

A classe 3 (cor verde) é formada por 62 das 367 UCE, correspondente a um peso de 16,9% do *subcorpus*, sendo formada pelos contributos do seguinte: ipa (*Instrumento de Ayuda Preadhesión*) (100%, $\chi^2= 76,93$; $p= 0,000$), iev (*Instrumento Europeo de Vecindad*) (94,12%, $\chi^2= 75,72$; $p= 0,000$), ultraperiféricas (88,24%, $\chi^2= 64,62$; $p= 0,000$), asignar (100%, $\chi^2= 50,57$; $p= 0,000$), feder (52,17%, $\chi^2= 46,63$; $p= 0,000$), transfronterizos (80,0%, $\chi^2= 44,36$; $p= 0,000$), destinar (78,57%, $\chi^2= 39,44$; $p= 0,000$), importar (100%, $\chi^2= 35,11$; $p= 0,000$), utilizar

(85,71%, $\chi^2= 24,07$; $p= 0,000$), incluir (39,62%, $\chi^2= 22,79$; $p= 0,000$), inter-regional (50,0%, $\chi^2= 21,84$; $p= 0,000$).

A classe 4 (cor azul bebé) é formada por 59 das 367 UCE, correspondente a um peso de 16,08% do *subcorpus*, sendo formada pelos contributos das seguintes principais formas discursivas: ue (64,15%, $\chi^2= 106,11$; $p= 0,000$), designar (61,11%, $\chi^2= 28,45$; $p= 0,000$), secretar (100%, $\chi^2= 26,46$; $p= 0,000$), establecer (33,33%, $\chi^2= 22,94$; $p= 0,000$), encargar (100%, $\chi^2= 21,11$; $p= 0,000$), participar (39,47%, $\chi^2= 17,2$; $p= 0,000$).

A classe 6 (cor rosa) é formada por 54 das 367 UCE, correspondente a um peso de 14,71% do *subcorpus*, sendo formada pelos contributos do seguinte: sostenible (100%, $\chi^2= 78,12$; $p= 0,000$), temáticos (91,67%, $\chi^2= 58,54$; $p= 0,000$), fomentar (75,0%, $\chi^2= 48,45$; $p= 0,000$), apoyar (75,0%, $\chi^2= 35,93$; $p= 0,000$), integrar (62,5%, $\chi^2= 30,44$; $p= 0,000$),

número (72,73%, $\chi^2= 30,41$; $p= 0,000$), integrador (100%, $\chi^2= 29,38$; $p= 0,000$), melhorar (64,29%, $\chi^2= 28,5$; $p= 0,000$), transfronteiriço (75,0%, $\chi^2= 23,44$; $p= 0,000$), contribuir (50,0%, $\chi^2= 23,22$; $p= 0,000$).

A classe 5 (cor azul marinho) é formada por 47 das 367 UCE, correspondente a um peso de 12,81% do *subcorpus*, sendo formada pelos contributos das seguintes principais formas discursivas: espanha (69,23%, $\chi^2= 79,78$; $p= 0,000$), madrid (90,91%, $\chi^2= 61,95$; $p= 0,000$), portugal (70,59%, $\chi^2= 53,3$; $p= 0,000$), firmar (75,0%, $\chi^2= 42,97$; $p= 0,000$), suscribir (80,0%, $\chi^2= 41,57$; $p= 0,000$), ratificar (100%, $\chi^2= 41,53$; $p= 0,000$), declarar (100%, $\chi^2= 34,51$; $p= 0,000$), interreg (100%, $\chi^2= 34,51$; $p= 0,000$), articular (100%, $\chi^2= 34,51$; $p= 0,000$).

Os agrupamentos lexicais das 6 classes permitiram formar 5 eixos factoriais, detendo o F1 um peso de 29,86%, F2 de 20,15%, F3 de 19,47%, F4 de 16,84% e F5 de 13,67%. Os F1 e F2 explicam 50,01% da massa de informação. Em termos de projeção dos agrupamentos nos planos factoriais, verificamos que os centroides das formas lexicais da classe 2, encontram-se projetadas no 1º quadrante, as classes 3, 4 e 6 encontram-se no 2º quadrante, a classe 1 no 3º quadrante e a classe 5 no 4º quadrante (Esquema 4).

De acordo com os valores de inércia obtidos, bem como as correlações, as contribuições e a massa das formas lexicais de cada agrupamento, consideramos que o factor 1 é essencialmente formado pelos contributos da classe 5 (inertie: 0,34; mass: 0,13; COR: 0,60; CTR: 0,42) e pelos contributos da classe 2 (inertie: 0,27; mass: 0,22; COR: 0,33; CTR: 0,18). O factor 2 é essencialmente formado pelos contributos da classe 1 (inertie: 0,27; mass: 0,16; COR: 0,78; CTR: 0,64).

Tendo em atenção ao conjunto de formas lexicais, as suas co-ocorrências e formas de agregação em classes, somos da opinião de que os princípios normativos que subjazem nos documentos oficiais analisados sobre a cooperação, em geral, e entre Espa-

nha e Portugal (Tratado de Madrid, Tratado de Valência, *Convenio-Marco Europeo, Protocolo de Cooperación, Convenio de cooperación transfronteriza EuroACE*), oferecem indubitavelmente a ideia de que “o desmantelamento das fronteiras aduaneiras levou à necessidade de uma maior articulação política transfronteiriça e a uma reestruturação económica das zonas de fronteira, passando estas a ser vistas não como territórios de separação e de ruptura, mas como um espaço de contiguidade e integrador de oportunidades e intercâmbios” (Silva et al., 2004, p. 7), para melhor aproveitar as oportunidades singulares de financiamento de desenvolvimento integrado dos espaços de fronteira, através de novas lógicas de desenvolvimento económico e comercial, de mercado de trabalho e de consumo comuns.

Efetivamente, os léxicos majorantes das classes identificadas acima representam os núcleos centrais ou palavras-chave das disposições normativo-jurídicas específicas relativas aos objectivos da cooperação territorial europeia, nomeadamente ao nível da regulação da garantia política da operacionalização da participação conjunta na gestão eficaz e eficiente da programação do desenvolvimento do território, no desenho dos programas estratégicos e na implementação conjunta de medidas concretas, em particular no que concerne ao “controlo” financeiro e na assistência técnica nas diferentes iniciativas identificadas como prioridades de CTF nas zonas raianas Espanha e Portugal.

Os seguintes extractos do *subcorpus* Tratados, é esclarecedora do que referimos acima:

siempre que se trate del mismo tipo de instancia o entidad territorial el presente tratado será asimismo aplicable a las entidades e instancias territoriales incluidas en el área de intervención del programa España Portugal de la iniciativa comunitaria interreg iii a que no estén incluidas en el ámbito de aplicación determinado en el artículo 3 artículo 14 entrada en vigor el presente tratado entrará en vigor transcurridos seis meses desde la fecha de recepción de la última notificación por la que los estados contratantes se comuniquen el cumplimiento de los trámites internos exigidos por el respectivo ordena-

*miento jurídico para la conclusión de tratados internacionales (***) *tratados_3; score: 240.05);*

*portugal y extremadura se han registrado cambios profundos teniendo en cuenta que las dos estructuras de cooperación funcionaron de forma independiente y paralela en una fase inicial pero que rápidamente se impuso una dinámica de colaboración tripartita con resultados muy positivos en cuanto a la eficacia y eficiencia del proceso de cooperación entre las tres regiones hecho que fue reconocido por los dos estados cuando confirmaron este modelo de organización de los espacios de cooperación de los programas de cooperación entre portugal y españa (...) interreg (***) *tratados_7; score: 232.99).*

Face ao descrito acima sobre as formas de agrupamentos lexicais identificados, somos a considerar que subjaz nos normativos das relações de cooperação transfronteiriça Espanha- Portugal, um quadro regulador caracterizado por um eixo do ideal normativo e orientador das formas de atuação conjunta (políticas e estratégias internas e externas ou internacionais) entre ambos os países, atravessado por um segundo eixo marcado pelo determinismo das regras específicas de cooperação territorial, reguladas pela CE, através dos regulamentos da AECT (determinismos das imposições externas). Em síntese, decorrente destes dois eixos de mediação das formas discursivas e os resultados do CHD, podemos considerar a presença de 6 tipologias de organização do discurso político oficial sobre a cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal, em geral, e na EuroACE, em particular, conforme o seguinte:

- a) **Classe 2** (cor cinzenta): Lógicas da CTF na comunidade de trabalho EuroACE;
- b) Classe 5 (cor azul marinho): Coalizões das políticas transfronteiriças entre Espanha e Portugal;
- c) Classe 1 (cor vermelha): Políticas de cooperação territorial europeia;
- d) Classe 6 (cor rosa): Desenvolvimento sustentável do território transfronteiriço;
- e) Classe 3 (cor verde): Regulação do apoio financeiro à CTF;

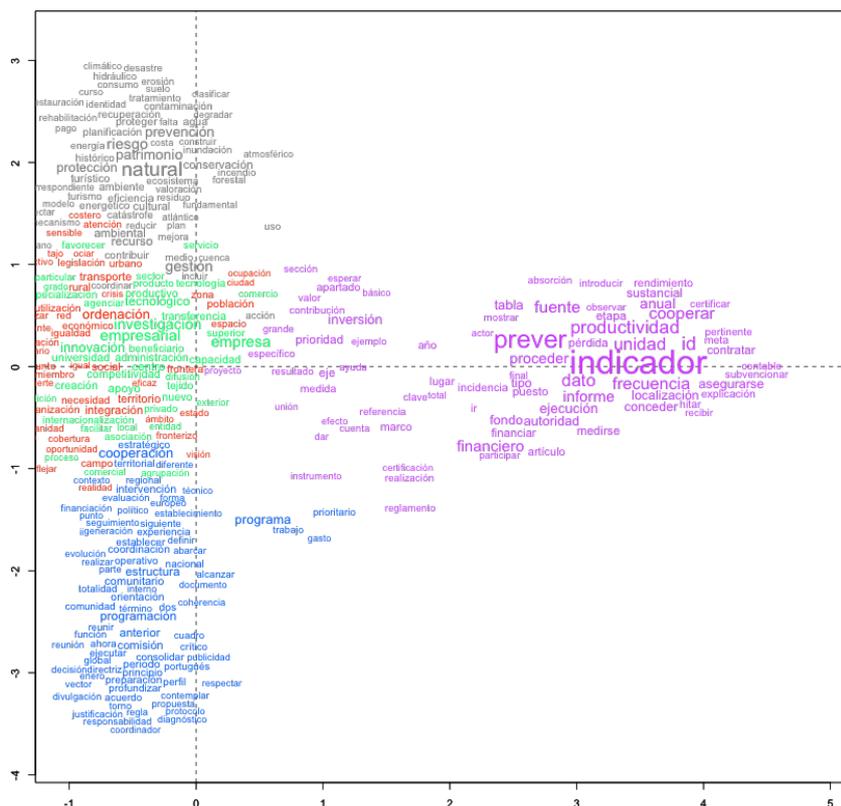
- f) Classe 4 (cor azul bebé): Políticas regionais europeias.

Da conjugação dos resultados da nuvem de palavras, da análise das co-ocorrências, da CHD e da AFC dos agrupamentos lexicais, colocamos em evidência um enunciado normativo e orientador da CE nos domínios das políticas de integração europeia, que têm em vista a criação de uma Europa sem fronteira, através dum desenvolvimento sustentável das regiões transfronteiriças. Por outras palavras, os documentos analisados apresentam-se como instrumentos ou regulamentos concebidos para regular juridicamente, nos termos dos conteúdos dos artigos normativos, as diferentes formas de ação pública e privada, com vista à resolução de questões de interesse comum nas zonas raianas, particularmente através de instrumentos financeiros de âmbito comunitário (FEDER). A CTF emerge na zona do EuroACE como um corolário das formas de cooperação territorial plasmados nos regulamentos do AECT, balizado pelo reconhecimento institucional de Espanha e Portugal dos princípios orientadores da CE sobre as fronteiras internas, enquanto requisito fulcral para a preparação de estratégias e execução de programas conjuntos de desenvolvimento transfronteiriço, nomeadamente para a implantação de medidas e programas de descentralização de processos e procedimentos de mobilidade, para a criação de estruturas comuns a nível regional e local através da dinamização das diversas iniciativas e programas de apoio e financiamento europeus.

2.2- Os léxicos otimistas dos programas operacionais transfronteiriços Espanha-Portugal entre 2000/06 e 2014/20

Para a exploração lexicométrica dos programas operacionais de CTF, criámos um *subcorpus* PO formado por 3 textos referentes o período de 2000/06 a 2014/20: Interreg III-A 2000-2006, POCTEP 2007-2013; INTERREG V-A ou POCTEP 2014-2020.

Esquema 8- Projção das classes de palavras-chave do *subcorpus* PO nos planos factoriais 1 e 2



Fonte: Output do Iramuteq.

A classe 4 (cor azul) é formada por 168 de 690 UCE, detendo um peso de 24,4%, cujas palavras-chave principais são as seguintes: cooperación (45,97%, $\chi^2 = 77,16$; $p = 0,000$), programa (58,89%, $\chi^2 = 67,04$; $p = 0,000$), programación (88,0%, $\chi^2 = 57,06$; $p = 0,000$), estructura (75,0%, $\chi^2 = 52,9$; $p = 0,000$), anterior (90,0%, $\chi^2 = 48,2$; $p = 0,000$), comisión (93,75%, $\chi^2 = 42,83$; $p = 0,000$), comunitario (81,82%, $\chi^2 = 40,75$; $p = 0,000$), intervención (54,55%, $\chi^2 = 36,13$; $p = 0,000$), estratégico (52,63%, $\chi^2 = 26,98$; $p = 0,000$), territorial (47,95%, $\chi^2 = 24,68$; $p = 0,000$).

A classe 2 (cor cinzenta), com um peso de 21,3% do *subcorpus*, é formada por 147 de 690 UCE, detendo como principais formas discursivas o seguinte: natural (78,05%, $\chi^2 = 178,73$; $p = 0,000$), riesgo (90,91%, $\chi^2 = 100,15$; $p = 0,000$), gestión (57,01%, $\chi^2 = 96,29$; $p = 0,000$), patrimonio (80,0%, $\chi^2 = 87,25$; $p = 0,000$), prevención (92,59%, $\chi^2 = 85,18$;

$p = 0,000$), protección (78,79%, $\chi^2 = 68,31$; $p = 0,000$), recurso (50,52%, $\chi^2 = 57,44$; $p = 0,000$), ambiental (57,14%, $\chi^2 = 46,69$; $p = 0,000$), conservación (80,95%, $\chi^2 = 45,96$; $p = 0,000$), cultural (63,16%, $\chi^2 = 42,02$; $p = 0,000$), proteger (81,25%, $\chi^2 = 35,11$; $p = 0,000$), eficiencia (68,0%, $\chi^2 = 33,74$; $p = 0,000$), ambiente (68,0%, $\chi^2 = 33,74$; $p = 0,000$), agua (90,91%, $\chi^2 = 32,3$; $p = 0,000$).

A classe 1 (cor vermelha) é formada por 95 de 690 UCE, com 13,8% do peso do *subcorpus*, detendo como palavras-chave relevantes as seguintes: ordenación (80,0%, $\chi^2 = 76,1$; $p = 0,000$), integración (50,0%, $\chi^2 = 46,95$; $p = 0,000$), territorio (39,19%, $\chi^2 = 45,12$; $p = 0,000$), transporte (68,75%, $\chi^2 = 41,71$; $p = 0,000$), social (43,48%, $\chi^2 = 36,64$; $p = 0,000$), rural (57,14%, $\chi^2 = 34,32$; $p = 0,000$), población (50,0%, $\chi^2 = 32,27$; $p = 0,000$), campo (50,0%, $\chi^2 = 27,49$; $p = 0,000$), necesidad (55,56%, $\chi^2 = 27,18$; $p = 0,000$), urbano (42,86%, $\chi^2 =$

26,28; $p=0,000$), frontera (34,92%, $\chi^2=26,13$; $p=0,000$), económico (33,82%, $\chi^2=25,56$; $p=0,000$), organización (56,25%, $\chi^2=24,9$; $p=0,000$), igualdad (83,33%, $\chi^2=24,67$; $p=0,000$), utilización (44,83%, $\chi^2=24,6$; $p=0,000$), conjunto (28,85%, $\chi^2=23,37$; $p=0,000$).

A classe 5 (cor rosa) é formada por 92 de 690 UCE, com 13,3% do peso do *subcorpus*. As principais formas discursivas desta classe são as seguintes: indicador (92,54%, $\chi^2=402,85$; $p=0,000$), prever (73,08%, $\chi^2=271,63$; $p=0,000$), id (100%, $\chi^2=161,62$; $p=0,000$), productividad (89,89%, $\chi^2=152,6$; $p=0,000$), unidad (88,89%, $\chi^2=138,82$; $p=0,000$), dato (88,89%, $\chi^2=138,82$; $p=0,000$), frecuencia (100%, $\chi^2=127,0$; $p=0,000$), cooperar (95,24%, $\chi^2=125,74$; $p=0,000$), fuente (78,12%, $\chi^2=121,9$; $p=0,000$), financiero (65,12%, $\chi^2=106,41$; $p=0,000$), informe (94,44%, $\chi^2=105,23$; $p=0,000$), proceder (75,0%, $\chi^2=96,04$; $p=0,000$), anual (93,75%, $\chi^2=91,67$; $p=0,000$), ejecución (87,5%, $\chi^2=77,97$; $p=0,000$).

Tendo em atenção às características de inércia, de massa, correlações e contribuições dos agrupamentos lexicais, verificamos que os agrupamentos das 5 classes contribuíram para a formação de 4 eixos factoriais, sendo o F1 com um peso de 39,6%, F2 de 24,9%, F3 de 21,5% e F4 de 13,8%. Da análise das projeções nos 2 primeiros planos factoriais (F1 e F2), verificamos que o centroide da classe 5 encontra-se no 1º quadrante, os das classes 3, 2 e 1 encontram-se projetados no 2º quadrante, e o da classe 4 no 3º quadrante (Esquema 8). De relevar que o eixo 1 (F1) é essencialmente formado pelos léxicos da classe 5 (inertie: 0,40; mass: 0,12; COR: 0,99; CTR: 0,86) e o eixo 2 (F2) pelas formas discursivas da classe 2 (inertie: 0,20; mass: 0,22; COR: 0,56; CTR: 0,39). Os principais agrupamentos lexicais de cada classe relevam a importância que a CE e as unidades de gestão dos programas das iniciativas comunitárias atribuem às intervenções setoriais no CTF.

Face os resultados da análise das ocorrências, das co-ocorrências, da CHD e da AFC, somos a considerar que as várias versões do programa comunitá-

rio INTERREG e POCTEP propõem ou propuseram modalidades de intervenção estratégica, tendo em vista uma maior aproximação dos dois lados da fronteira, priorizando atuações conjuntas de CTF, nomeadamente ao nível do ordenamento do território, nas relações económicas e cooperação empresarial, envolvendo as universidades no desenvolvimento tecnológico e na inovação, e investimentos na área da prevenção contra os riscos do património natural, na proteção e conservação, quer do ambiente, quer do património cultural, bem como em investimentos para o uso eficiente da água e demais recursos renováveis, e outras no contexto da dinamização de ações ao nível da educação, formação e empregabilidade. Os seguintes extratos dos léxicos das classes são elucidativos do que acabámos de referir:

*los efectos previstos del proyecto pueden medirse a través de uno o varios de los indicadores de realización comunes y específicos del eje 3 y su incidencia esperada sobre los objetivos específicos a través del indicador de resultados de la prioridad de inversión (**** *PO_3; scores: 1046,81)*

*adecuación del proyecto a la estrategia de cooperación del poctep en materia de prevención de riesgos y mejora de la gestión de los recursos naturales contribución al objetivo de crecimiento sostenible de la estrategia europa 2020 priorización en los espacios naturales y áreas de mayor valor ambiental zonas clasificadas y o protegidas y en los recursos culturales de mayor potencial (**** *PO_3; scores: 702,80)*

*cooperación y gestión conjunta en medio ambiente patrimonio y gestión de riesgos objetivos específicos tipología de proyectos apoyar intervenciones orientadas a la planificación y gestión coordinada de infraestructuras y servicios ambientales recursos hídricos en las cuencas hidrográficas transfronterizas sistemas conjuntos de recogida y tratamiento de residuos promover acciones conjuntas de protección (**** *PO_2; scores: 637,72)*

acciones que promuevan la gestión conjunta de los recursos humanos y materiales en situaciones de de-

sastres naturales e iniciativas y actuaciones que permitan la formulación e implementación de planes conjuntos y acciones para prevenir los riesgos de origen natural (**** *PO_3; scores: 519,92)

promover una articulación racional entre intervenciones forestales que estimulen la protección ambiental incluyendo la prevención y lucha contra incendios y aseguren niveles de aprovechamiento económico de los bosques adecuados al sostenimiento de los rendimientos de las poblaciones rurales apoyar intervenciones orientadas al planeamiento y gestión coordinada de los recursos hidráulicos (**** *PO_1; scores: 452,03)

Embora os sucessivos programas apresentam objetivamente domínios lexicais de certo modo distintos e um certo discurso homogénio sobre a importância económica, social e política que se atribuem às medidas e ações estratégicas, mas numa leitura conjunta dos diferentes programas permitenos aperceber que pouco ou nada mudou no espaço temporal (2000 a 2020) da programação do Interreg e POCTEP, onde todos os programas reflectem, por um lado, às fortes medidas de controlo na aplicação dos fundos, e por outro lado, no imperativo dos projetos CTF serem aplicados predominantemente no desenvolvimento económico-empresarial. Decorrente da identificação desta realidade, bem como os resultados da CHD e da AFC, os conteúdos do *subcorpus* PO sugerem-nos uma interpretação das 5 classes conforme o seguinte:

- a) Classe 4 (cor azul): CTF baseada em programas e prioridades estratégicas;
- b) Classe 5 (cor rosa): Gestão conjunta dos projetos CTF com medidas de controlo do uso eficiente dos fundos comunitários;
- c) **Classe 3** (cor verde): CTF ao nível do desenvolvimento económico-empresarial, com investigação e inovação tecnológica;
- d) Classe 2 (cor cizenta): CTF ao nível da prevenção, proteção e conservação do ambiente e do património natural e cultural;

- e) Classe 1 (cor vermelha): CTF ao nível do ordenamento do território e nas melhorias das acessibilidades e transportes nas zonas de fronteira.

Em síntese, subjaz na massa de informação dos agrupamentos lexicais a ideia de um conjunto de programas operacionais de CTF que perspectivam de forma otimista a importância da consolidação da atuação concertada entre as entidades públicas, privadas e do terceiro sector das regiões transfronteiriças, nomeadamente ao nível da identificação de ações prioritárias e a programação conjunta, na gestão conjunta de infra-estruturas, equipamentos e serviços, e o uso eficiente dos investimentos públicos, através dos fundos comunitários. Releva ainda no *subcorpus* PO, a presença de dois eixos de orientação das medidas consideradas prioritárias nos diferentes programas operacionais, sendo um marcado pela ideia de uso eficiente dos fundos comunitários nos eixos prioritários de intervenção que passam pela exigência de instrumentos de gestão e de acompanhamento conjunto, com a exigência de relatórios anuais sobre a capacidade execução dos projetos, com a apresentação obrigatória de indicadores de realização e de resultados. Um segundo eixo que é centrada na ideia da necessidade de valorização da cooperação institucional conjunta entre Espanha e Portugal, com especial reforço de ações a nível da prevenção, proteção e conservação do ambiente e do património natural e cultural, assim como ao nível do ordenamento do território, e no desenvolvimento económico-empresarial, onde as universidades marcam um lugar privilegiado de passagem ao nível da investigação e inovação tecnológica.

2.3- As controvérsias da cooperação transfronteiriça e os seus obstáculos

Nos dois pontos anteriores apresentámos um quadro lexical marcado por léxicos normativos e orientações da programação de investimentos estratégicos na raia Espanha-Portugal, onde são valoradas as ideias-chave da importância da CTF, concedendo-lhe uma visão otimista de papel ativo na promoção de ações conjuntas em I&D com aplicabilidade no domínio empresarial, no reforço da gestão dos recursos naturais e ordenamento do território, e no estímulo à consolidação do desenvolvimento sócio-económico e sustentável nas regiões fronteiriças.

Apesar das diferenciações organizacionais político-administrativas entre os dois países, verificamos que foram formalmente acordados vários convénios, protocolos e princípios orientadores para estimular a participação dos órgãos públicos, privados e do terceiro setor para promover a descentralização das intervenções através da mobilização conjunta das capacidades locais. De facto, confirmamos que predominam nos *subcorpus* (Tratados e PO), as ocorrências das principais palavras com maior frequência, por ordem decrescente e conforme o seguinte (Esquema 9): cooperación (425), miembro (352), artículo (319), estado (280), programa (270), europeo (216), reglamento (207), territorial (172), unión (166), presente (162), convenio (162), región (146), comisión (144), apartado (139), parte (137), consejo (135), país (131), establecer (129), autoridad (127), caso (114), objetivo (113), tercero (112), tratar (104), derecho (100), entidad (98), desarrollo (98), organismo (79), jurídico (78), territorio (76), social (65), beneficiário (62), comunidad (53), financiero (47), cohesión (44), coordinación (42), participación (39), control (25) (Esquema 9).

Através da extração das co-ocorrências das palavras-chave nos *subcorpus* (Tratados e PO), verificamos um conjunto de blocos formas lexicais relevantes (“cooperación”, “miembro”, “artículo”, “programa”, “europeo”, “territorial”, “convénio”) que nos ilustram fortes associações lexicais entre “cooperación-

estado-miembro”, “cooperación-artículo-reglamento”, “cooperación-programa-beneficiario”, “cooperación-europeo-unión-cohesión”, “cooperación-convenio-derecho”, “cooperación-territorial-EuroACE”, “cooperación-jurídico-organismo”, “cooperación-país-territorio”, “cooperación-autoridad-control” (Esquema 10).

Esquema 9- Nuvem de das principais palavras-chaves da ideologia da CTF nos *subcorpus*



Fonte: Output do Iramuteq.

Subjaz neste quadro otimista (Esquemas 9 e 10) uma certa ideologização da importância da CTF no quadro das políticas regionais de integração europeia. Não obstante esta realidade, passado quase duas décadas de investimentos em CTF, o cenário não é dos mais otimistas, pelo menos no que concerne à valoração desta crença e a materialização das práticas sociais e políticas de cooperação territorial. De relevar que, em data recente, a própria CE reconheceu, através dos seus relatórios técnicos elaborados no âmbito do *Regional and Urban Policy* (2015), *Eurobarometer Results – Programme Spain-Portugal* (POCTEP) e *Inventory of legal and administrative obstacles in EU border regions* (2016, 2017), que existe um conjunto de obstáculos de ordem administrativa e

O conjunto de ocorrências ilustradas no Esquema 11 e as relações de co-ocorrências descritas no Esquema 12 enunciam claramente a presença de problemáticas significativas em torno das relações CFT (*cross_border*) nas diferentes regiões de fronteira (*border*) europeia, sendo os principais obstáculos (*obstacle*) relacionados, quer com a aplicação dos procedimentos administrativos (*administrative*), quer com o quadro da harmonização das questões jurídicas (*legal*), nomeadamente as que dizem respeito às questões de acesso aos serviços sociais e de saúde, ao mercado de trabalho e ao reconhecimento dos diplomas e certificados profissionais, no domínio do transporte e na gestão dos recursos naturais das zonas raianas.

Para uma maior compreensão do grau de relevância dos agrupamentos lexicais, submetemos o *subcorpus* Obstáculos ao tratamento da CHD seguida de AFC, tendo obtido um conjunto de 5 classes de léxicos, agrupadas segundo a homogeneidade das ocorrências das formas discursivas. Verificamos que a classe 1 é o agrupamento com maior peso (24,5%) no seio do *subcorpus*, seguindo por ordem decrescente o seguinte: classe 5 (22,1%), classe 2 (20,5%), classe 4 (19,4%) e classe 3 (13,6%). Quanto às relações de vizinhança entre as classes, verificámos uma maior proximidade entre a classe 2 e 3, e entre as classes 1 e 4. A classe 5 está relacionada com o bloco das classes 2 e 3 (Esquema 13).

A classe 1 (cor vermelha) é formada por 92 de 376 UCE, com 24,5% do peso do *subcorpus* Obstáculos, sendo as principais formas discursivas as seguintes: *member* (75,44%, $\chi^2= 94,45$; $p= 0,000$), *land* (80,95%, $\chi^2= 81,62$; $p= 0,000$), *eu* (47,14%, $\chi^2= 62,05$; $p= 0,000$), *state* (59,72%, $\chi^2= 59,89$; $p= 0,000$), *obstacle* (37,61%, $\chi^2= 52,95$; $p= 0,000$), *type* (63,41%, $\chi^2= 37,77$; $p= 0,000$), *entire* (68,97%, $\chi^2= 33,67$; $p= 0,000$), *geographic* (91,67%, $\chi^2= 30,29$; $p= 0,000$).

A classe 5 (cor rosa), resultante da agregação de 83 de 376 UCE, tem um peso de 22,1% no *subcorpus* Obstáculos. As principais palavras-chave são as seguintes: *agreement* (90,0%, $\chi^2= 87,44$; $p= 0,000$),

sign (100%, $\chi^2= 47,54$; $p= 0,000$), *bilateral* (83,33%, $\chi^2= 41,24$; $p= 0,000$), *solution* (62,16%, $\chi^2= 38,34$; $p= 0,000$), *conclude* (100%, $\chi^2= 28,85$; $p= 0,000$), *level* (42,86%, $\chi^2= 24,31$; $p= 0,000$), *institution* (81,82%, $\chi^2= 23,51$; $p= 0,000$).

A classe 2 (cor cinzenta) resulta da agregação de 77 de 376 UCE, correspondente a um peso de 20,5% do *subcorpus*, onde predominam as seguintes formas lexicais: *spain* (81,48%, $\chi^2= 66,47$; $p= 0,000$), *entry* (100%, $\chi^2= 60,67$; $p= 0,000$), *worker* (59,52%, $\chi^2= 44,26$; $p= 0,000$), *requirement* (92,31%, $\chi^2= 42,66$; $p= 0,000$), *portugal* (66,67%, $\chi^2= 38,11$; $p= 0,000$), *hinder* (58,33%, $\chi^2= 35,03$; $p= 0,000$), *professional* (73,68%, $\chi^2= 34,79$; $p= 0,000$), *access* (56,41%, $\chi^2= 34,5$; $p= 0,000$), *certificate* (80,0%, $\chi^2= 33,99$; $p= 0,000$), *qualification* (80,0%, $\chi^2= 33,99$; $p= 0,000$), *procedure* (55,88%, $\chi^2= 28,77$; $p= 0,000$), *mobility* (50,0%, $\chi^2= 28,05$; $p= 0,000$), *pension* (100%, $\chi^2= 27,7$; $p= 0,000$), *benefit* (76,92%, $\chi^2= 26,34$; $p= 0,000$).

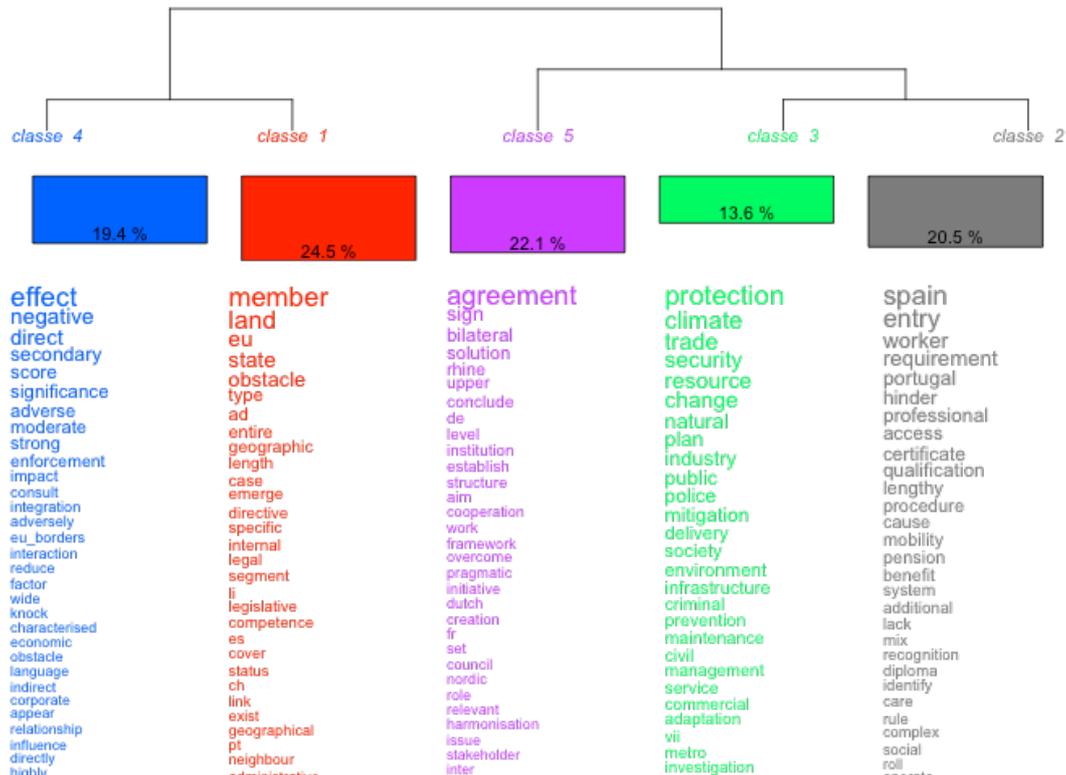
A classe 4 (cor azul) tem um peso na ordem dos 19,4% no *subcorpus*, sendo formado por 73 de 376 UCE, cujas palavras-chave predominantes são as seguintes: *effect* (90,62%, $\chi^2= 249,98$; $p= 0,000$), *negative* (84,31%, $\chi^2= 158,84$; $p= 0,000$), *direct* (83,67%, $\chi^2= 148,7$; $p= 0,000$), *secondary* (90,91%, $\chi^2= 118,18$; $p= 0,000$), *score* (100%, $\chi^2= 106,41$; $p= 0,000$), *significance* (92,59%, $\chi^2= 99,56$; $p= 0,000$), *adverse* (95,65%, $\chi^2= 91,01$; $p= 0,000$), *moderate* (95,45%, $\chi^2= 86,36$; $p= 0,000$), *strong* (88,46%, $\chi^2= 85,11$; $p= 0,000$), *enforcement* (100%, $\chi^2= 69,36$; $p= 0,000$), *impact* (65,71%, $\chi^2= 52,88$; $p= 0,000$), *consult* (100%, $\chi^2= 33,93$; $p= 0,000$), *integration* (55,56%, $\chi^2= 33,24$; $p= 0,000$), *eu_border* (76,92%, $\chi^2= 28,46$; $p= 0,000$).

A classe 3 (cor verde), resultante da agregação de 51 de 376 UCE, têm um peso de 13,6% no *subcorpus*. As principais formas lexicais desta classe são as seguintes: *protection* (93,33%, $\chi^2= 84,79$; $p= 0,000$), *climate* (92,31%, $\chi^2= 71,22$; $p= 0,000$), *trade* (81,25%, $\chi^2= 65,3$; $p= 0,000$), *security* (57,58%, $\chi^2= 59,77$; $p= 0,000$), *resource* (80,0%, $\chi^2= 58,82$; $p= 0,000$), *change* (80,0%, $\chi^2= 58,82$; $p= 0,000$), *natural* (83,33%, $\chi^2= 51,47$; $p= 0,000$), *plan*

(51,35%, $\chi^2= 49,98$; $p= 0,000$), *industry* (70,59%, $\chi^2= 49,38$; $p= 0,000$), *public* (40,98%, $\chi^2= 46,69$; $p= 0,000$), *police* (100%, $\chi^2= 45,45$; $p= 0,000$), *soci-*

ety (87,5%, $\chi^2= 38,11$; $p= 0,000$), *environment* (66,67%, $\chi^2= 37,58$; $p= 0,000$), *infrastructure* (69,23%, $\chi^2= 35,59$; $p= 0,000$).

Esquema 13- Classificação hierárquica descendente dos agrupamentos lexicais *subcorpus* Obstáculos



Fonte: Output do Iramuteq.

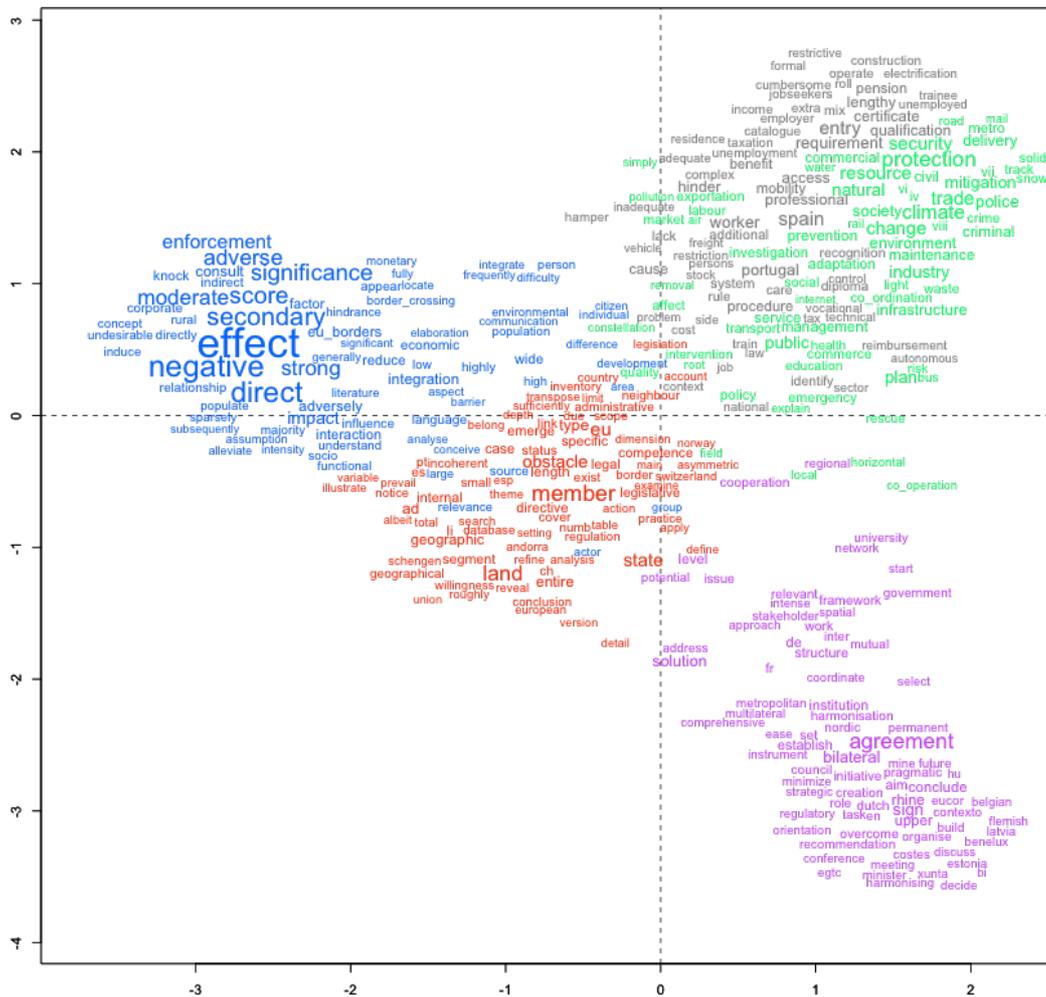
Tendo em consideração as características de inércia , de massa, correlações e contribuições dos agrupamentos lexicais, verificamos que os agrupamentos das 5 classes contribuíram para a formação de 4 eixos factoriais, tendo o F1 um peso na ordem dos 30,5%, F2 de 26,4%, F3 de 23,3% e F4 de 19,7%, sendo os mais representativos o F1 e o F2 que no seu conjunto explicam 56,9% das contribuições significativas das formas lexicais (Esquema 14).

Da análise das projeções das formas lexicais e classes nos 2 primeiros planos factoriais (F1 e F2), verificamos que os centroides das classes 2 e 3 encontram-se no 1º quadrante, o da classe 4 no 2º quadrante, o da classe 1 no 3º quadrante, e o da classe 5 no 4º quadrante (Esquema 14). De relevar que o

eixo 1 (F1) é essencialmente formado pelos léxicos da classe 4 (inertie: 0,22; mass: 0,19; COR: 0,69; CTR: 0,50) e o eixo 2 (F2) pelas formas discursivas da classe 5 (inertie: 0,21; mass: 0,21; COR: 0,62; CTR: 0,49).

Face ao exposto, parece-nos que existem dois perfis caracterizadores dos obstáculos à CTF, sendo um representado pelo F1, intimamente relacionado com as problemáticas dos efeitos negativos dos mesmos obstáculos no processo de CTF, e o outro representado pelo F2, interpretado como a principal razão da ocorrência dos obstáculos à CTF, relacionada com as dificuldades a nível da aplicação prática dos acordos entre os países das zonas de fronteira.

Esquema 14- Projeção das classes de palavras-chave do *subcorpus* Obstáculos nos planos F1 e F2



Fonte: Output do Iramuteq.

Os seguintes extractos do *subcorpus* elucidam o que acabámos de descrever:

*the wider negative impact on cross-border integration understood here as the sum of all negative direct effects and adverse secondary effects of an obstacle is for the large majority of the 239 inventory obstacles either high 143 cases or moderate 93 cases negative impacts occur in highly urbanised cross-border areas as well as in rural or sparsely populated cross-border areas but the significance of this impact always depends on the specific circumstances which prevail in these border and cross-border areas (**** *obst_1; scores: 1202,11)*

*high unemployment rates especially among young people continuing population losses and growing demographic problems overall significance strong negative direct effect (...) other secondary effects other adverse influences on cross-border mobility also results out of the language difference between both countries ie lacking language proficiency of workers and especially from the absence of adequate training programmes which facilitate cross-border mobility overall significance (**** *obst_5; scores: 1143,93)*

negative direct effect of the obstacle absent administrative coordination cooperation hinders the development of a cross-border labour market while

*the lack of information provision creates considerable uncertainty among workers or job seekers and hampers their cross-border mobility overall significance strong negative direct effect score 3 other secondary effects an important adverse influence on the cross-border mobility of workers also results out of the language difference between both countries (**** *obst_4; scores: 1142,01)*

*high negative impact cross-border social integration and also the quality of life of citizens in border areas are adversely impacted negative direct effect of the obstacle the asymmetry of institutional systems hinders public semi-public and third-sector actors to develop a cross-border provision of social services which would benefit the local population living on both sides of the border overall significance strong negative direct effect score (**** *obst_6; score: 1032,57)*

*this strongly hinders an efficient implementation of joint projects and eu funded projects are in particular facing this difficulty cross-border projects can often not be implemented or continued because a common legal framework or legal coordination is necessary to ensure efficiency overall significance strong negative direct effect (...) other secondary effects also the language difference between both countries sill hampers cross-border cooperation in many policy areas overall significance (**** *obst_2; score: 1018,40)*

Se é verdade que, até à data, houve demonstração efetiva do interesse público dos governos de Portugal, através das CCDR, e de Espanha, através das suas regiões autónomas (Juntas), em concertar estratégias na construção e implementação dos programas operacionais conjuntos (INTERREG e POCTEP), de modo a favorecer os reais destinatários das fronteiras, a verdade como demonstram as diferentes classes de agregação lexical que a própria CE reconhece um vasto conjunto de obstáculos para a concretização duma CTF mais fluída e harmoniosa para ambos os lados da fronteira. Esta realidade encontra uma certa

concordância simétrica com os resultados dos diferentes estudos que existem sobre a matérias, há mais de uma década, onde assinalam alguns entraves ou obstáculos de CTF que são justificados por um conjunto de factores, que vão desde as diferenças administrativas, linguísticas, sociais, financeiras, culturais entre a realidade portuguesa e espanhola, tal como referem Medina (2011, 2012), e Viegas & Silva, (2017).

Subjaz no *subcorpus* Obstáculos, 5 principais tipologias de obstáculos ou constrangimentos à CTF, interpretáveis conforme o seguinte:

- a) **Classe 1** (cor vermelha): Obstáculos administrativos e jurídicos (legais) na CTF;
- b) Classe 4 (cor azul): Efeitos negativos dos obstáculos com forte impacto nas relações de vizinhança das fronteiras internas;
- c) Classe 5 (cor rosa): Obstáculos resultantes da dificuldade em operacionalizar os acordos formalizados;
- d) Classe 2 (cor cinzenta): Obstáculos da CTF ao nível da proteção climática e ambiente, no comércio, segurança, no uso conjunto dos recursos naturais e nas infraestruturas
- e) Classe 3 (cor verde): Obstáculos da CTF Espanha-Portugal, nomeadamente na mobilidade laboral e reconhecimento dos diplomas e qualificações profissionais.

Em síntese, as dificuldades da CTF nas regiões fronteira da UE, em geral, e na realidade da zona raiana Espanha-Portugal, em particular, são sobrejamente conhecidos, e que os dados da CE apenas vêm a confirmar que tais atuações concertadas têm demonstrado uma diversidade de resultados, nem sempre positivos, acabando por exemplo, as infraestruturas que eram para serem dinamizadas através da gestão conjunta, passarem a ser geridas apenas por um dos países, e que outras medidas e investimentos efetuados não se resultaram em relevantes benefícios comuns para as comunidades de ambos os lados da raia, mas apenas para usufruto de um dos lados da fronteira.

Notas finais sobre os paradoxos do sistema ideológico da cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal

Os resultados da análise dos documentos normativos, dos programas operacionais e dos relatórios técnicos sobre os obstáculos à CTF na raia Espanha-Portugal, permitem-nos considerar que existe um conjunto de materialidades significativas relacionadas com dois aspetos nucleares. Por um lado, a presença de uma ordem naturalizada do discurso oficial sobre a importância da CTF Espanha-Portugal, e, por outro lado, a constatação de diversos desafios e dilemas nas políticas e práticas de CTF, marcadas por obstáculos de ordem diversa. Os principais agrupamentos lexicais identificados são conforme o seguinte:

- **Tratados, Convénios, Protocolos e Acordos:** CTF influenciada por um eixo de instrumentos jurídicos e orientadores das formas de atuação conjunta (políticas e estratégias internas), atravessado por um segundo eixo marcado pelas regras específicas de cooperação territorial, determinadas pela CE, através dos regulamentos da AECT (determinismos das imposições externas):

- Classe 2: Lógicas da CTF na comunidade de trabalho EuroACE;
- Classe 5: Coalizões das políticas transfronteiriças entre Espanha e Portugal;
- Classe 1: Políticas de cooperação territorial europeia;
- Classe 6: Desenvolvimento sustentável do território transfronteiriço;
- Classe 3: Regulação do apoio financeiro à CTF;
- Classe 4: Políticas regionais europeias.

- **Programas Operacionais (INTERREG & POCTEP):** CTF influenciada por dois eixos de orientação das medidas consideradas prioritárias nos diferentes programas operacionais, sendo um marcado pela ideia de uso eficiente dos

fundos comunitários que passam pela exigência de instrumentos de gestão e de acompanhamento conjunto. Um segundo eixo, que é centrada na ideia da necessidade de valorização da cooperação institucional conjunta entre Espanha e Portugal, com especial reforço de ações a nível da prevenção, proteção e conservação do ambiente e do património natural e cultural, assim como ao nível do ordenamento do território, e no desenvolvimento económico-empresarial, onde as universidades marcam um lugar privilegiado de passagem ao nível da investigação e inovação tecnológica:

- Classe 4: CTF baseada em programas e prioridades estratégicas;
 - Classe 5: Gestão conjunta dos projetos CTF com medidas de controlo do uso eficiente dos fundos comunitários;
 - Classe 3: CTF ao nível do desenvolvimento económico-empresarial, com investigação e inovação tecnológica;
 - Classe 2: CTF ao nível da prevenção, proteção e conservação do ambiente e do património natural e cultural;
 - Classe 1: CTF ao nível do ordenamento do território e nas melhorias das acessibilidades e transportes nas zonas de fronteira.
- **Obstáculos à CTF:** Importância das problemáticas dos efeitos negativos dos obstáculos intimamente relacionados com as dificuldades a nível da aplicação prática dos acordos entre os países das zonas de fronteira:
 - Classe 1: Obstáculos administrativos e jurídicos (legais) na CTF;
 - Classe 4: Efeitos negativos dos obstáculos com forte impacto nas relações de vizinhança das fronteiras internas;
 - Classe 5: Obstáculos resultantes da dificuldade em operacionalizar os acordos formalizados;

- Classe 2: Obstáculos da CTF ao nível da proteção climática e ambiente, no comércio, segurança, no uso conjunto dos recursos naturais e nas infraestruturas
- Classe 3: Osbtáculos da CTF Espanha-Portugal, nomeadamente na mobilidade laboral e reconhecimento dos diplomas e qualificações profissionais.

Em relação ao discurso oficial sobre a CTF, os diferentes agrupamentos lexicais oferecem-nos uma visão duma estrutura de superfície do quadro ideológico das políticas de fronteira intra-europeia, marcada de forma otimista pela importância das relações de poder nas questões do regionalismo, ordenamento do território, desenvolvimento sócio-económico, protecção social e cidadania. Pelo que nos é dado a observar nos documentos consultados e analisados, a CTF é descrita como um instrumento fulcral da política de fronteira da EU, presumindo-se que, com o tempo, os investimentos efetuados através dos programas operacionais de CTF poderão gerar uma transformação social e um desenvolvimento regional, quebrando as barreiras que possam opor a uma integração política e social mais profunda nas zonas da raia, criando novas oportunidades de desenvolvimento, de investimento empresarial, proteção ao ambiente, de criação de emprego, de parcerias urbanas e rurais transfronteiriças e outros veículos de cooperação semelhantes, para proporcionar uma mobilidade “efetiva” entre as comunidades raianas (Veiga & Silva, 2017). Por outras palavras, os agrupamentos lexicais do discurso oficial revelam com clareza que os acordos entre os governos de Espanha e Portugal majoram a ideia de que é benéfico para a raia, a existência de novas visões sobre as “áreas de fronteira”, como parte dum esforço político-administrativo conjunto entre Espanha e Portugal para criar novos contextos de regulação sócio-espaciais nas fronteiras.

Contudo, subjaz nos interstícios lexicais analisados de que se é verdade que programas operacionais como os do INTERREG e de outros de apoio da CTF tem procurado o estímulo para criação de no-

vas comunidades de interesse e novas redes flexíveis num espaço sociogeográfico, sem restrições territoriais e administrativas, porém, em última instância, os documentos normativos e os programas operativos colocados no terreno, oferecem-nos uma visão idealista de uma agenda complexa de coesão e de vizinhança, onde a implementação de políticas de coesão dos países membros está mais preocupada com os critérios de eficiência dos investimentos para a materialização de desenvolvimentos dos elementos infraestruturais nas zonas de fronteira, e não para o reforço do desenvolvimento de verdadeiras redes de cooperação alargada das comunidades através das fronteiras.

De facto, tal como justamente notam Scott (2012), Veiga & Silva (2017), Arencibia (2009), Medina (2007; 2011; 2012), Vázquez (2017), a CTF dentro da UE está inserida na política de coesão e altamente territorializada através da aplicação de instrumentos de financiamento, como os do INTERREG, que surgiu há cerca de duas décadas como uma nova forma de interação política e económica entre as instituições formais e informais, marcada com um forte pendor de exigência na eficiência e efetividade do investimento público e comunitário, complementando as atividades económicas existentes ou criando novas, baseado nos horizontes dum planeamento estratégico, onde os problemas ambientais e sócio-culturais são igualmente contemplados. Porém, subjaz nos documentos oficiais que esta iniciativa comunitária tem vindo a ser cada vez mais focada nos meios de controlo dos fundos, baseados em indicadores, metas, atribuições e responsabilidades espacialmente definidos entre os parceiros de ambos os lados da fronteira, factos que podem igualmente criar as suas próprias barreiras à desejada interação “sem fronteiras” (Scott, 2012).

Se atendermos ainda aos obstáculos descritos nos relatórios oficiais, é caso para afirmar que, passadas quase duas décadas, a CTF está longe de ser concretizada. Talvez não seja exagero afirmar que a UE concebeu um projecto de construção europeia através de uma ideologia de integração *top-down* que, na perspectiva de Scott (2012), coexiste desconfortavelmente com a sua própria política de fronteiras

mais “abertas” e duma cooperação transfronteiriça mais flexível na Europa. Tratam-se de situações que geram tensões e conflitos, entre as entidades envolvidas neste processo complexo de construção da CTF (Perkmann, 2003, 2007).

Face ao exposto, ao mergulhar no mar de léxicos sobre a CTF ofereceu-nos a possibilidade de lançar um olhar sobre uma certa sistematização das ideias e dos valores simbólico-ideológicos das políticas regionais da União Europeia, cuja configuração ideológica parece-nos basear-se no princípio de que os valores são tacitamente aceites e que servem para explicar como o mundo transfronteiriço e as comunidades raianas devem ser organizadas, e como elas podem ser aperfeiçoados, ou melhor, como a sedimentação de tais ideias e valores podem contribuir “inevitavelmente” para o desenvolvimento social, cultural, económico e político dos territórios fronteiriços.

Consideramos ainda que ao olharmos para a realidade dos documentos políticos e afins sobre a fronteira Espanha-Portugal, desocultamos a configuração do seu sistema simbólico-ideológico, revelando que subjaz nos mesmos um conjunto de níveis materialidade e de significação que geram os modos de produção, de consumo e práticas sobre a inevitabilidade ideológica da importância da CTF nas regiões fronteiriças. Os resultados da exploração dos momentos lexical e semântico-concetuais das mensagens linguísticas presentes nos *corpus* e *sub-corpus* dos documentos oficiais, permitiu-nos verificar que as representações simbólico-valorativas das lógicas discursivas de produção e consumo dos significados, refletem as estruturas profundas dum sistema ideológico singular que modela a “real” ideologia da CTF das fronteiras espanholas e portuguesas.

Efetivamente, ao interpretar os léxicos e suas co-ocorrências mais relevantes, assim como os perfis factoriais e as classes de agrupamentos significativos, apercebemos que a ideologia da CTF no espaço fronteiriço Espanha-Portugal, em geral, e da Euro-ACE, em particular, é apenas parte de um processo mais vasto do sistema ideológico duma integração europeia, baseada numa lógica de utopia generosa

da construção regional sem fronteiras internas. Trata-se de uma narrativa oficial acordada entre os signatários dos protocolos de cooperação que mais não são senão ressonâncias das imposições “externas” e supranacionais decorrentes dos normativos da cooperação territorial da UE, que os governos de Portugal e Espanha procuram seguir “cegamente”, porque não têm alternativa, pois se não o fizessem não teriam acesso aos fundos comunitários. De facto, potenciar a contiguidade da territorialidade supranacional nas zonas de fronteira (Newman, 2003; Scott, 2012), é apresentada como uma ação político-estratégica da CE para garantir certos objetivos geopolíticos rumo a uma Europa sem fronteiras. A verdade é que materializar esta realidade, através da aplicação de um conjunto complexo de programas e políticas de cooperação territorial, de cooperação económica e de diálogo transfronteiriço, parece apenas servir para incluir nos imaginários das comunidades raianas de que as fronteiras são mais virtuais do que reais. Por outras palavras, até à data, as narrativas CTF criaram apenas de forma consciente e subconscientemente nas comunidades, a noção de ausência de diferenças em ambos os lados da fronteira, mas que a paisagem institucionalizada continua fragmentada e a ser marcada pelas diferenças geográficas, sociais e culturais.

Face ao exposto, verificámos que a estrutura superficial da CTF segrega um quadro ideológico que releva o seguinte: a) a ideologia CTF diz respeito a ideias, princípios, valores de partilha e parceria no uso de recursos comuns; b) a ideologia CTF é promovida com um carácter racional, segundo normativos e regras determinadas externamente, embora acordadas internamente pelos governos de ambos os lados da fronteira. Sistematizamos ainda que subjaz na estrutura profunda do sistema ideológico da CTF de que a ideologia CTF inscreve-se num paradigma da inevitabilidade, sendo apresentada como uma crença do único modo possível de entender um mundo melhor nas zonas raianas, governado segundo as lógicas das políticas regionais europeias.

Assinalamos como nota final, a presença dum quadro paradoxal da CTF, onde emergem dois pólos do sistema ideológico da CTF Espanha-

Portugal, em geral, e da Euroregião EuroACE, em particular, e que enfatiza o seu carácter político no contexto da integração no processo de "europeização" das fronteiras, definido em termos de uma valorização dos entendimentos políticos supranacionais de cidadania, territorialidade, identidade e governança. Trata-se de uma realidade ideológica marcada, por um lado, pela visão dum utopia generosa dum mundo "sem fronteiras", como referimos acima, mas que choca com a ideia da existência de fronteiras geográficas, propriamente ditas, e com as identidades comunitárias distintas nos seus próprios territórios transfronteiriças, e por outro lado, pela presença dum lógica ideológica localista e regionalista fundada pela dinamização de jogos de poder dos atores coletivos, que, em última instância, converte a ideologia da CTF num veículo de crenças indiscutíveis e insubstituíveis de integração europeia, que só serve para instrumentalizar o acesso a mecanismos financeiros ou institucionais, tendo em vista, quiçá à rentabilização dos programas comunitários em benefício de um dos países da EuroACE e não a região, no seu todo, ou seja, as dimensões

socioculturais e identitárias das comunidades de ambos os lados da fronteira.

Os resultados da análise efetuada permite-nos considerar que a realidade da CTF é deveras singular, mas fortemente multidimensional, sendo marcada por certas características funcionais (conjunto de autoridades locais e regionais, associações transfronteiriças e equipa técnico-administrativa de gestão de projetos conjuntos), jurídicas (estruturas de direito público e privado) e políticas (afirmação da estabilidade democrática no espaço europeu), mas moldadas por uma configuração dum sistema simbólico-ideológico europeísta do tipo "one best way" de desenvolvimento territorial das fronteiras. Sistematizamos no Esquema 15, a nossa perspetiva do sistema ideológico da CTF que subjaz nos documentos políticos e afins, onde sintetizamos os níveis de significação que, no nosso ponto de vista, gerem os modos de produção, de consumo e práticas sobre a inevitabilidade ideológica da importância da CTF no processo de integração europeia nas zonas raianas Espanha-Portugal, em geral, e no território da comunidade de trabalho EuroACE (Alentejo-Centro-Extremadura), em particular.

Esquema 15: Sistema Ideológico da CTF

	(+ Dependência da UE (crença na inevitabilidade dos valores supranacionais de cidadania, territorialidade, identidade europeia e governança dependente do "exterior")		
(+ CT Global e Transnacional	(+ Regulação dos apoios financeiros (+) Políticas regionais europeias (+) Desenvolvimento sustentável do território, segundo a visão de Bruxelas, com forte orientação económico empresarial	(+ Trabalho conjunto na EuroACE (+) Gestão conjunta dos projetos CTF com medidas de controlo do uso eficiente dos fundos comunitários	(+ CTF Regional e Local
	(-) Políticas de cooperação territorial europeia (+) Programas e prioridades estratégicas regionais e locais	(-) Coalizões das políticas transfronteiriças entre Governos de Espanha e Portugal (+) Acordos regionais e locais	
	(+ Governança territorial (crença na capacitação, autonomia e <i>empoderamento</i> das comunidades raianas)		

Fonte: autores

Somos assim a considerar que, subscrevemos as perspetivas de Scott (2012) e outros que referimos ao longo do texto, que as lógicas de cooperação territorial, local e regional, que subjazem nas políticas e práticas de desenvolvimento regional transfronteiriça europeias, inscrevem-se na ideologização da ação das políticas regionais da União Europeia, profetizando uma perspetiva romântica e otimista de que é possível, através de estratégias específicas e de acordos e alianças transfronteiriças, promover a conciliação e a coordenação dos interesses regionais sócio-económicos, políticos e culturais, renovando, assim, a promessa dum desenvolvimento “para todos” nas zonas raianas, mormente das suas cidades, zonas rurais e comunidades, mas que na realidade é mais virtual do que real.

Em síntese, os resultados do estudo realizado colocaram-nos em evidência que subjaz na estrutura superficial e profunda do sistema ideológico da CTF, a presença vários desafios e dilemas das políticas de cooperação transfronteiriça, onde marca um lugar privilegiado de passagem a presença dum certo ideário político-ideológico de gestão democrática do território, mas que, nas práticas sociais concretas, pouco ou nada mudou nas vidas dos atores das fronteiras. Face aos obstáculos identificados, parece-nos prevalecer uma certa “fantasia social e política” sobre CTF que opera ideologicamente como um “antagonista” do discurso oficial da cooperação transfronteiriça na Euroregião EuroACE, aspecto que nos interessa continuar a aprofundar em futuros estudos no terreno.

Referências bibliográficas

- Agnew, J. (1994). The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory. *Review of International Political Economy*, 1(1), 53–80
- Albergaria, H., Castro, J.C. & Silva, C. (coord.). (2010). *EuroACE 2020. Uma estratégia para a euroregião Alentejo-Centro-Extremadura*. Coimbra: CCDR Centro, Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças
- Alonso, S., Volkens, A. & Gómez, B. (2012). *Análisis de contenido de textos políticos. Un enfoque cuantitativo*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas
- Amilhat-Szary, A. L. & Fourny, M. C. (2006). *Après les frontières, avec la frontière, nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube
- Anderson, J., O'Dowd, L. & Wilson, T. M. (2003). *New borders of changing Europe: Cross-border cooperation and governance*. London, UK: Taylor & Francis
- Arencibia, A. (2009). Fronteras compartidas. *La Raya Centro-Ibérica. Revista de Estudios Extremeños*, lxxv (i), 417-448
- Asociación de Regiones Fronterizas de Europa (ARFE): (2000). *Guía Práctica de la Cooperación Transfronteriza*. Gronau: ARFE
- Barcia, S.R. (2012). El análisis ideológico del discurso lexicográfico: una propuesta metodológica aplicada a diccionarios monolingües del español. *Verba*, 39, 135-159
- Barthes, R. (1987). *El susurro del lenguaje. Más allá de la palabra y la escritura*. Barcelona: Paidós
- Bell, D. (1980). *O fim da ideologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília
- Beltrán, S. (2007). La cooperación transfronteriza e interterritorial: Un clásico renovado. *Revista d'estudis autonòmics i federals*, (4), 215-246
- Bendix, R. (1996). Ideologia. In W. Outhwaite & T. Bottomore (orgs.), *Dicionário do pensamento social do século XX* (pp. 371-372). Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Bobbio, N. (2002). *Ensaio sobre ciência política na Itália*. Brasília, São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado
- Boggs, S.W. (1940). *International Boundaries: A Study of Boundary Functions and Problems*. New York: Columbia University Press
- Bourque, G. & Duchastel J. (1995). Texte, discours et idéologie(s). *Revue belge de philologie et d'histoire*, 73(3), 605-619
- Caillé, A. (1979). Idéologie et régimes des idées: repères pour une théorie de l'idéologie. *L'Homme et la société*, 51-54, 203-218

- Camargo, B.V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S.P. Moreira, B.V. Camargo, J.C. Jesuino, & S.M. Nóbrega (eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba
- Cibois, P. (1990). *L'analyse des données en sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France
- Codato, A. (2016). O conceito de ideologia no marxismo clássico: uma revisão e um modelo de aplicação. *Política & Sociedade*, 15(32), 311-331
- Cussó, R. (2008). Quand la Commission européenne promeut la société de la connaissance. *Mots. Les langages du politique*, 88, 39-52
- Del Álamo, F.C.G. (2009). *Análisis sociológico del sistema de discursos*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas
- Eagleton, T. (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo
- Fernández, A. J., Rivero, M. & Gallego, J.I. (2008). La Cooperación Transfronteriza Extremadura-Alentejo-Região Centro. In L. Domínguez, (dir.), *A Cooperação Transfronteira entre Portugal e Espanha* (pp. 236-262). Vigo, Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional
- Fernández, A.J. (2017). Cooperación transfronteriza en la EuroACE: Extremadura (2007-2014). *Polígonos. Revista de Geografía*, 29, 61-87
- Fisher, E. (1957). The Spatial Factor in Political Geography. In H. Weigert, H. Brodie, E. Doherty, J. Fernstrom, E. Fischer and D. Kirk (eds.), *Principles of Political Geography* (pp. 79-141). New York: Appleton-Century-Crofts, Inc.
- Foucault, M. (2002). *El orden del discurso*. Barcelona: Fabula Tuquets
- Gaubert, N. & Richard, Y. (2008). Politique de cohésion et coopération territoriale avec le voisinage. À la recherche d'une plus grande coordination? *Strates*, 15, 37-58
- Geuss, R. (1981). *The Idea of a Critical Theory: Habermas and the Frankfurt School*. Cambridge: Cambridge University Press
- Gobin, C. & Deroubaix, J.-C. (2009). Mots, fréquence et réseaux dans le discours politique: analyse lexicométrique, méthode et illustration dans deux corpus de textes européens. *Sociolinguistic Studies*, 3(2), 203-227
- González, X.O., Guimerà, A.D. & Perkmann, M. (2010). Las regiones transfronterizas: balance de la regionalización de la cooperación transfronteriza en Europa (1958-2007). *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 56(1), 21-40
- Gutiérrez, J. A., Pérez, J. M. & Mora, J. (2010). Dimensión y tipología de los movimientos transfronterizos en la frontera entre España (Extremadura) y Portugal (Alentejo y Región Centro). *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 56(1), 133-148
- Hermant M.-H. (2014). Le discours eurorégional. Indices convergents de légitimation d'un espace institutionnel. *Mots. Les langages du politique*, 106, 75-81
- Hermant, M.-H. (2017). La formation discursive eurorégionale. Articulation et approche sémantique d'un corpus multilingue, *Corpus* [En ligne], 17 | 2017, <http://journals.openedition.org/corpus/2899>
- Hataley, T. & Leuprecht, C. (2018). Determinants of Cross-Border Cooperation. *Journal of Borderlands Studies*, 33(3), 317-328
- Hidalgo, N.A. (2008). La cooperación transfronteriza como política derivada de la Unión Europea. Sus instrumentos jurídicos (cap.5); Los grandes proyectos europeos de cooperación transfronteriza. El concepto de "eurogión" (cap. 6). In P.A.Fernández Sánchez (Dir.), *La asimetría institucional entre España y Portugal en el marco de la cooperación transfronteriza (Andalucía, Algarbe y Alentejo)* (pp. 77-118). Barcelona, España: Junta de Andalucía; Atelier Libros Jurídicos
- Ibañez, J. (1985). Análisis sociológico de textos y discursos. *Revista Investigaciones Sociológicas*, 43(1), 119-162
- Ibañez, J. (1986). Perspectivas de la investigación social: el diseño en la perspectiva estructural. In M.G. Ferrando, J. Ibañez & F. Alvira (comps.). *El análisis de la realidad social* (pp. 31-65). Madrid: Alianza
- Jadot, C. (2015). Parler(s) d'Europe sous contrainte?. *Mots. Les langages du politique*, 109, 101-123
- Jones, S.B. (1945). *Boundary-making: A Handbook for Statesmen, Treaty Editors and Boundary Commissioners*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace
- Khalil, E.L. (1989). Principles, rules and ideology. *Forum for Social Economics*, 19(1), 41-54
- L'Hermitte, R. (1982). Lexicographie et idéologie. *Revue des études slaves*, 54(3), 403-408
- Lebart L. (2016). Manuel d'Utilisation de Dtm-Vic, troisième édition, 2016. Logiciel DtmVic (Data and Text Mining: Visualisation, Inférence, Classification). Statistique Exploratoire Multidimensionnelle pour données complexes comprenant des données numériques et textuelles. http://www.dtmvic.com/doc/DTM_Couverture_2016.pdf
- Lebart, L., & Salem, A. (1994). *Statistique textuelle*. Paris: Dunod
- Lebart, L., Steiner, J-F., Piron, M. & Wisdom, J. (2014). *The Semimetric Challenge: Words, Lifestyles and Values*. L2C.

- http://www.dtmvic.com/doc/Semio_2014_format_169x244.pdf
- Lebart, L., Morineau, A. & Piron, M. (1995). *Statistique Exploratoire Multidimensionnelle*. Paris: Dunod
- Leimdorfer, F. (2011a). *Les sociologues et le langage*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme
- Leimdorfer, F. (2011b). Analyser les interactions dans le discours: Les interactions discursives proches et lointaines et les limites de la situation en discours. *Recherches Qualitatives*, 30(1), 158-177
- Letamendía, F. (2010). Cooperación transfronteriza europea: regulación, historia y trabajo. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 56(1), 71-88
- Marchand, P. & Ratinaud, P. (2012). L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuelles: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. In *Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, (pp. 687-699), JAD'T 2012
- Marks, G. & Hooghe, L. (2004). Contrasting visions of multi-level governance. In I. Bache & M. Flinders (eds.). *Multi-level governance* (pp. 15-30). Oxford, UK: Oxford University Press
- McLellan, D. (1987). *A ideologia*. Lisboa: Ed. Estampa
- Medeiros, E.J. (2015). Territorial impact assessment and cross-border cooperation. *Journal Regional Studies*, 2(1), 97-115
- Medina, E. (2007). Perfíles estructurales de la frontera hispano lusa (la Raya). In E. Figueira, M. Saudade & M.M. Serrano. (Coords.), *Questões Sociais Contemporâneas* (pp. 137-150). Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva". Évora, Portugal: Universidade de Évora
- Medina, E. (2011). Monografía: capital social y fronteras – la cooperación transfronteriza entre el noroeste de Extremadura (España) y la Beira Interior Sul (Portugal), una aproximación desde la perspectiva cualitativa (2ª parte). *ALMENARA*. <http://sites.google.com/site7almenararevistassociologia>
- Medina, E. (2012). La cooperación transfronteriza de "segunda generación" entre España y Portugal: naturaleza, problemática, estrategias e perspectivas. *Spanish Journal of Rural Development*, Vol III, 1-10
- Medeiros, E. (2008). 16 ANOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ÂMBITO DO INTERREG-A (Um contributo para o desenvolvimento regional da Raia Ibérica). *Actas do III Congresso de Estudos Rurais* (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008
- Newman, D. (2003). On Borders and Power: A Theoretical Framework. *Journal of Borderlands Studies*, 18(1), 13–25.
- Peirce, C.S. (2005). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva
- Platonova, Y. (2013). Is the Concept of Sustainable Development a Contemporary Ideology? *Proceedings of FIKUSZ '13 Symposium for Young Researchers, 2013*, (pp. 55-66). Conference Proceedings compilation, Obuda University, Keleti Faculty of Business and Management 2013. Published by Óbuda University. URL: <http://kgk.uni-obuda.hu/fikusz>
- Perkmann, M. (1999). Cross-border regions in Europe. Significance and drivers of regional crossborder cooperation. *European Urban and Regional Studies*, 10(2), 153-171
- Perkmann, M. (2007). Construction of new territorial scales: A framework and case study of the EUREGIO cross-border region. *Regional Studies*, 41(2), 253-266
- Popescu, G. (2008). The conflicting logics of cross-border reterritorialization: Geopolitics of Euroregions in Eastern Europe. *Political Geography*, 27(4), 418-438
- Popescu, G. (2012). *Bordering and Ordering in the Twenty-first Century: Understanding Borders*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers
- Ratinaud, P. (2009). *Iramuteq: interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires*. URL: <http://www.iramuteq.org>
- Ratinaud, P. & Marchand, P. Des mondes lexicaux aux représentations sociales. Une première approche des thématiques dans les débats à l'Assemblée nationale (1998-2014). *Mots. Les langages du politique*, 108, 57-77
- Reinert, M. (1983). Une méthode de classification descendante hiérarchique. Application à l'analyse lexicale par contexte. *Les Cahiers de l'analyse des données*, 8(2), 187-198
- Reinert, M. 1993. Les "mondes lexicaux" et leur "logique" à travers l'analyse statistique d'un corpus de récits de cauchemars. *Langage et Société*, 66, 5-39
- Ruiz, J.R. (2014). El discurso implícito: aportaciones para un análisis sociológico. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 146, 171-190
- Sampson, R.J. (2004). Neighborhood and Community: Collective Efficacy and Community Safety. *New Economy*, 11, 106–113
- Sánchez, P.A.F. (2008). Aspectos generales de la cooperación transfronteriza en el marco europeo. In P.A. Fernández Sánchez (Dir.), *La asimetría institucional entre España y Portugal en el marco de la cooperación transfronteriza (Andalucía, Algarve y Alentejo)* (pp. 61-76). Barcelona, España: Junta de Andalucía; Atelier Jurídicos
- Santaella, L. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense

- Scott, J.W. (ed). (2006). Wider Europe as a Backdrop. In *EU Enlargement, Region Building and Shifting Borders of Inclusion and Exclusion* (pp. 3-13). London: Routledge
- Scott, J. (2012). European Politics of Borders, Border Symbolism and Cross-Border Cooperation. In T.M. Wilson & H. Donnan, (ed.), *A Companion to Border Studies* (pp. 83-99). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell Publishing Ltd
- Silva, C. (coord.) (2004). *Relatório 1: Observatório para a Cooperação Transfronteiriça – Problemas e Perspectivas de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia-Extremadura-Centro (Sub-região Beira Interior Sul)*. Évora: CCDRA/Universidade Évora
- Silva, C., Santos, M.O., Baltazar, M.S., & da Saragoça, J. (2017). Avaliação de projetos de intervenção social: Uma reflexão sobre as experiências em projetos nacionais, regionais e da bacia do Mediterrâneo. *Desenvolvimento e Sociedade*, 2, 103-111
- Silva, J.O. (2006). A produção de ideologias políticas segundo Max Weber. *Ciências Sociais em Perspectiva*, (5)8, 71-84
- Strassoldo, R. & Zotti, G.D. (eds.). (1982). *Cooperation and Conflict in Border Areas*. Milano, Italy: Franco Angeli Editore
- Vallet, E. & David, C-P. (2012). Introduction: The (Re)building of the Wall in International Relations. *Journal of Borderlands Studies*, 27(2), 111–19
- Varela, J.C. (1991). La reproducción del sistema ideológico nacionalista. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* (REIS), 54/91, pp.113-135
- Varela, J.C. (1992). La medida de la ideología. In VV.AA. *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Volume II (pp. 616-636). Atas do 2º Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 5 a 7 de Fevereiro de 1992. Lisboa: Editorial Fragmentos/Associação Portuguesa de Sociologia
- Vázquez, F.J.C. (2017). Fronteras intraeuropeas, desactivación fronteriza, cooperación transfronteriza e instituciones: El caso de La Raya ibérica. *Estudios Fronterizos*, 18(36), 78-101
- Verón, E. (1971). Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política. In E. Verón, L. Prieto, P. Ekman, W. Friesen, C. Sluzki & O. Masotta, *Lenguaje y comunicación social* (pp. 133-191). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión
- Viegas, M.G. & Silva, C.A. (2017). Cooperação Transfronteiriça e as lógicas racionalistas do INTERREG entre Portugal e Espanha. *Desenvolvimento e Sociedade*, 2, 65-90
- Whittlesey, D. 1944. *The Earth and the State: A Study of Political Geography*. New York: Henry Holt and Company
- Williams, R. (1977). *Marxism and Literature*. Oxford/New York: Oxford University Press
- Zaiotti, R. (2011). *Cultures of Border Control: Schengen and the Evolution of European Frontier*. Chicago: University of Chicago Press

Notas:

- [1] Docentes da Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia | Membros do CICS.NOVA.UÉvora
- [2] Docente da Escola Superior de Saúde, Universidade do Algarve | Membro do CICS.NOVA.UÉvora
- [3] Técnico Superior | Instituto Politécnico de Lisboa
- [4] Membro do CICS.NOVA.UÉvora
- [5] Gestora | colaboradora voluntária da revista D&S
- [6] Doutoranda em Sociologia, Universidade de Évora

